

MICHAEL DANIEL BOMM

CARISMA, BUROCRACIA E ESTADO MODERNO:

UMA ANÁLISE SOBRE *LIDERANÇA POLÍTICA* EM WEBER E GRAMSCI

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como requisito para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, Campus de Araraquara.

BANCA EXAMINADORA: PROF. DR. MARCO AURÉLIO NOGUEIRA (ORIENTADOR)
PROFA. DRA. WALQUIRIA DOMINGUES LEÃO RÉGO
PROFA. DRA. GABRIELA NUNES FERREIRA

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS – CAMPUS DE ARARAQUARA
FEVEREIRO – 2006**

Agradeço a todos aqueles que me incentivaram à realização desta pesquisa. Especialmente aos meus pais, Edmundo e Antônia, pelo apoio incondicional; a meu orientador, Marco Aurélio, pelo trabalho e dedicação imprescindíveis; e aos amigos, que proporcionaram um ambiente de intensos debates, sem o qual o estudo teria sido deveras solitário.

SUMÁRIO

RESUMO, IV

Abstract, V

APRESENTAÇÃO, 01

SEÇÃO I: O contexto histórico e a teoria das elites, 15

1.1 *Entre liberalismo e socialismo, 15*

1.2 *Massas e elites, 25*

SEÇÃO II: Antonio Gramsci, 34

2.1 *A Revolução Passiva, 38*

2.2 *A modernidade e o americanismo, 49*

2.2.1 *Os intelectuais e a modernidade, 53*

2.3 *Cesarismo e carisma, 61*

SEÇÃO III: Max Weber, 71

3.1 *A Via Prussiana, 76*

3.2 *O Estado moderno e a burocracia, 89*

3.3 *A democracia plebiscitária, 97*

SEÇÃO IV: A contextualização histórica como recurso interpretativo, 104

CONSIDERAÇÕES FINAIS, 116

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 124

RESUMO

Este trabalho busca identificar o papel desempenhado pela *liderança política* de tipo *carismática* no interior do *Estado moderno* a partir dos escritos sociológicos e políticos de Max Weber e Antonio Gramsci, tratados aqui particularmente com vistas aos conceitos de *democracia plebiscitária* e de *cesarismo*. A pesquisa procura localizar o contexto *histórico* e *teórico* das construções daqueles conceitos, sublinhando o interesse de ambos autores na análise dos processos de desenvolvimento retardatário das forças econômicas e políticas pelos quais passaram seus países – Alemanha e Itália – na transição para a *modernidade capitalista*. A análise da liderança política carismática ou cesarista procura, também, resgatar outros conceitos importantes, como os de *revolução passiva*, *modernidade*, *Estado moderno* e *burocracia*, fazendo isso de modo a que se perceba a presença de uma perspectiva comum nas concepções de Antonio Gramsci e Max Weber, fato que evidentemente não elimina as tensões e diferenças substantivas entre suas proposições teóricas e políticas.

ABSTRACT

This work aims to identify the role performed by the politic leadership, the charismatic one, in the inner of the Modern State, from the sociologic and politic writings of Max Weber and Antonio Gramsci, treated particularly here directed to the concepts of Plebiscitary democracy and “Caesarism”. The research tends to locate the historical and theoretical context of the construction of those concepts, underlining both authors interests in the analysis of the late development processes of economic and politic forces their countries – Germany and Italy – lived in the transition to modernity capitalist. The analysis of charismatic politic leadership or Caesarian aims to recover other important concepts, such as the ones of passive revolution, modernity, modern State and bureaucracy as well, doing this in a way to show the presence of a common perspective in Antonio Gramsci and Max Weber conceptions, fact that evidently doesn’t eliminate the tensions and substantive differences between their theoretical and political propositions.

APRESENTAÇÃO

Este trabalho procura identificar o papel desempenhado pela *liderança política carismática* no interior do *Estado moderno* a partir dos escritos sociológicos e políticos de Max Weber e Antonio Gramsci. Os conceitos que evidenciam mais nitidamente a preocupação dos autores com esse tema são, respectivamente, o de *democracia plebiscitária* e o de *cesarismo*.

Tendo em vista a organização de uma abordagem substantiva, o texto parte de um esforço para delimitar com maior precisão o contexto *histórico* e *teórico* das construções daqueles conceitos, procedimento que revelou o interesse de ambos os autores na análise dos processos de desenvolvimento retardatário das forças econômicas e políticas pelos quais passaram seus países – Alemanha e Itália – na transição para a *modernidade capitalista*. Tal estratégia de investigação e exposição acabou, também, e de modo inevitável, por promover um resgate de outros conceitos importantes, como os de *revolução passiva*, *modernidade*, *Estado moderno* e *burocracia*, que possibilitam a percepção de uma perspectiva comum nas concepções de Antonio Gramsci e Max Weber, fato que evidentemente não elimina as tensões e diferenças substantivas entre suas proposições teóricas e políticas.

O tema proposto neste trabalho foi delineado levando em consideração alguns textos de Norberto Bobbio nos quais ele discutia alguns pressupostos dos sistemas democráticos. Dois aspectos chamaram a atenção: um, mais geral, foi a

insuficiência teórica clássica, lastreada na tradicional *divisão dos poderes* ou dos *governos* para se analisar questões relativas à democracia moderna; e o outro, mais específico e relacionado àquele, diz respeito à *inevitável* formação de *elites* no poder em sistemas democráticos.

Propondo um método não muito “ortodoxo” – mas que “pode servir para colher aspectos da realidade que fogem das categorias tradicionais” (Bobbio, 2000: 117) – Bobbio distingue uma série de fenômenos pertinentes à democracia que, apesar de se entrelaçarem continuamente na realidade, requerem tratamentos diferenciados, tanto do ponto de vista científico quanto do político. Trata-se dos “paradoxos” e dos “insucessos” que marcam os limites da democracia moderna. Os *insucessos* representam, para o autor, as promessas não cumpridas pelos ideais democráticos, sobretudo a *igualdade*; já os *paradoxos* são fenômenos que o desenvolvimento da democracia cria para si mesma toda vez que se expande, acentuando, sobretudo, seu caráter representativo.

Entre os “paradoxos”, o autor destaca a crescente impossibilidade da *democracia direta*, pois nas *sociedades de massa* com grande extensão territorial do Estado e elevado número absoluto de cidadãos, aquela democracia tida como *ideal* – posto seu sentido mais estrito de *governo do povo* – torna-se irrealizável na prática. O aumento das populações e dos direitos acarreta, necessariamente, o aumento das funções do Estado e, conseqüentemente, da burocracia e de suas estruturas hierárquicas – contrárias aos princípios democráticos. Também a complexificação e a especialização dos assuntos relativos ao Estado, sobretudo no campo do *direito* e da *economia* nas sociedades industriais, desloca

paulatinamente as decisões de governo para as orientações técnicas e, mais uma vez, burocráticas, afastando a denominada *soberania popular*. Outro fenômeno paradoxal gerado pelo desenvolvimento da democracia no mundo moderno é a relação dos governos com a mídia. Para Bobbio, embora a publicização dos atos de governo seja fundamental para garantir a distinção entre governos *autocráticos* e *democráticos*, esse *contato* governo/mídia também provoca aquele fenômeno usualmente conhecido como *manipulação da opinião pública* (Bobbio, 1983).

Entre os problemas considerados como “insucessos da democracia”, espécies de “promessas não cumpridas”, Bobbio aponta a atuação freqüente e cada vez mais decisiva do “poder invisível”; o problema da ingovernabilidade; a constatação do verdadeiro hiato existente entre “democracia formal” e “democracia real”; e, enfim, o problema da formação de elites que, das mais *variadas* formas, se perpetuam no poder (Bobbio, 2000). Sobre o *poder invisível* e as *elites*, parece interessante ressaltar mais uma vez a *heterodoxia* da análise de Bobbio, que propõe interpretá-los pondo em perspectiva a “profundidade” do poder – “não mais verticalmente ou horizontalmente, segundo as distinções clássicas” (Bobbio, 2000: 117).

A crise política que há quase um ano observamos no governo poderia ser um exemplo bem ilustrativo para as *novas* categorias de Bobbio. Um dos pontos centrais da crise está relacionado à arrecadação de fundos para a última campanha presidencial, que envolvia a administração de algumas empresas estatais. Se democracia representativa pressupõe, de uma forma mínima “o governo do poder público em público” (Bobbio, 2000: 98), trata-se, de fato, de

práticas *antidemocráticas*. Considerando, por outro lado, que elas apenas têm razão de existir em sistemas propriamente *democráticos*, e que nenhum *realista político* pressuporia uma democracia sem essas práticas, ironicamente, a situação se inverte.

Não seria impróprio afirmar, assim, que são estratégias *inerentes* à essa democracia e que compõem o jogo político parlamentar, apesar de serem consideradas de uma forma geral como antidemocráticas. Situações políticas como a que presenciamos atualmente fazem perceber a existência do poder “oculto” que “oculta” (Bobbio, 2000: 107). Ou seja, através desses escândalos políticos é que tomamos ciência da atuação de um outro poder além daquele representativo, que não é debatido publicamente e sequer sabemos exatamente quais são suas ações. Estas últimas denúncias que vemos em todos os jornais mostram como são postas em prática as mais *comuns* estratégias partidárias de financiamento de campanhas eleitorais e negociações por votos no Parlamento.

Se elas são trazidas ao público somente em casos de pressão, crises internas e divergências extremas entre seus atores, isso nos faz pensar, logicamente, que quando as situações não são limites e existe um certo equilíbrio dessas forças ocultas, tudo acontece secreta e normalmente. É elementar que essas informações não vazem, que os políticos mantenham suas “nobres” qualidades. O contrário seria um contra-senso às lições mais clássicas da política, a saber, que o *príncipe* “deve parecer, para os que o virem e ouvirem, todo fé, todo integridade, todo humanidade e todo religião”; para manter o poder, no entanto, sempre que necessário – e “sendo-lhe freqüentemente necessário” –

deve agir “contra a fé, contra a caridade, contra a humanidade e contra a religião” (Maquiavel, 1996: 85).

Nos parâmetros desse mesmo *realismo político*, José Arthur Gianotti analisa o escândalo sob a ótica da *dissimulação* que é *inerente* à política. O jogo político, segundo o autor, não possui regras claras e delimitadas, e para sua realização o fundamento básico é que os jogadores (políticos) dissimulem o poder ou que de fato possuem, ou imaginam, ou precisam fazer imaginarem, possuir. Nesse tabuleiro em cujas arestas estão o “público e o privado”, “se tecem aliados e adversários graças à troca de favores e indulgências”; dessas relações é somente necessário ponderar adequadamente seu “caráter e volume” em virtude de “como a política se insere na sociedade e de como é vista por ela” (Gianotti, 2005).

Os *fatos* só teriam se tornado *escândalo* porque o PT venceu as eleições “fazendo da ética na política (neutralização da politicagem) um dos eixos do seu programa”, ao contrário dos outros partidos que apenas “se comprometem a lutar contra a corrupção, sem, contudo, fazer dessa promessa o princípio de sua atuação” (Gianotti, 2005). O PT, dessa forma, impossibilitado de reconhecer a politicagem como *regras do jogo*, gerou uma *máfia*, segundo Gianotti, para tratar desses assuntos e manter-se, enquanto partido, na *pureza ideológica*. A ilusão do poder e do saber que imaginava levou, “quando a máfia começou a se tornar pública, a tentar responsabilizar um de seus membros pelos pecados de todos” (Gianotti, 2005) e os fatos se desenrolaram como se assistiu.

Deslocando o eixo de sua análise a expectativa que se formou sobre o governo do PT, e sobre sua ética, Wanderley Guilherme dos Santos afirma que esse “escândalo” apenas demonstra a “musculatura” da oposição com apoio da grande mídia (Santos, 2005). Práticas semelhantes teriam sido muito freqüentes nos governos anteriores, como no caso das denúncias sobre a compra de votos para a reeleição de Fernando Henrique Cardoso. Entretanto, a oposição na época não tinha a capacidade de mobilizar muitos parlamentares e nem a mídia, o que levou à não apuração das denúncias e nem à caracterização dos fatos como um escândalo. Wanderley Guilherme, mais uma vez, aponta para o caráter, digamos, *recorrente* desse tipo de prática na esfera política, reiterando a idéia de que existem, de fato, grupos que manobram o poder sem que isso seja trazido às claras. Concluindo seu pensamento sob nossa responsabilidade, essas denúncias, de certa forma, reforçam algumas características da democracia na medida em que a oposição governista possui um poder político *de fato* em nosso país. O papel da grande mídia, todavia, demonstra também a fragilidade dessa democracia por ter um poder desestruturador de governos.

Em governos autocráticos, ou absolutistas, como os descritos por Maquiavel, essas situações não constituiriam, propriamente, *corrupção*, uma vez que o Estado e o governante coincidem. Já em governos democráticos, esses diversos casos seriam exemplos da atuação daquele “poder invisível”, particularmente presente nos Estados que assumiram tarefas importantes da economia. Nesses casos,

a classe política exerce o poder não mais apenas através das formas tradicionais da lei, do decreto legislativo, dos vários tipos de atos

administrativos [...], mas também através da gestão dos grandes centros de poder econômico (bancos, indústrias estatais, indústrias subvencionadas, etc.), da qual acima de tudo extrai os meios de subsistência dos aparatos dos partidos, dos aparatos dos quais, por sua vez extrai, através das eleições, a própria legitimação para governar. (Bobbio, 2000: 117)

Essa crise apenas demonstraria, enfim, a existência de um poder invisível nos sistemas democráticos. Umbilicalmente ligado a esse tema é o da formação de *elites* no poder. Quer se trate de uma máfia, de uma classe política, de uma elite, é freqüente o reconhecimento de que o poder, *na grande maioria dos casos*, se restringe a algumas poucas pessoas, mesmo em sistemas democráticos. Embora não se tratando de um *problema novo* na política, nem talvez de um *reconhecimento novo* de um antigo problema, o fato é que somente com a expansão da *democracia moderna* e do *sufrágio universal*, a partir do final do século XIX, esse tema foi amplamente abordado. Entre os reconhecidos formuladores da *teoria das elites* estão Vilfredo Pareto e Gaetano Mosca; uma série de pesquisadores, cientistas e filósofos, porém, durante esse período, estão vinculados a essa temática. Dentre eles, serão destacados aqui Max Weber, Robert Michels e, de alguma forma, Antonio Gramsci.

Para uma abordagem preliminar do tema, podemos recorrer à distinção weberiana do viver *da* política e *para* a política – distinção que, salienta o autor, nada tem de excludente (Weber, 1999a: 64). Considerando que o *político por vocação* vive *para a política* e não exatamente *dela*, depreende-se que ele “deve, em condições normais, ser economicamente independente das vantagens que a atividade política lhe possa proporcionar”, pois “ele não deve estar obrigado a consagrar toda sua capacidade de trabalho e de pensamento, constante e

pessoalmente, à consecução da própria existência” (Weber, 1999a: 65). Conclui-se, a partir daí, que esse critério tende a recrutar normalmente aqueles que disponham de alguma *segurança econômica*, sobretudo aqueles que não sobrevivam do próprio trabalho, ou seja, de uma forma geral, os *capitalistas*.

Se existem, para contrapor-se a essa tendência plutocrática, mecanismos como a remuneração fixa para aqueles que exercem funções políticas, eles conduzem aos caminhos da *burocratização*, à qual Weber dedica grande parte de sua obra. Sobre o tema, basta apenas recordar que é no interior desse espaço burocrático que irá se desenvolver aquele tipo do *político profissional*, que vive justamente das vantagens e dos rendimentos auferidos pela atividade política. Vivendo *da* política, a esses políticos é fundamental o *aliciamento de seguidores* e a reunião dos *meios financeiros* necessários, para porem-se à *caça de sufrágios* na batalha eleitoral.

Equivalem essas palavras a afirmar que, na prática, os cidadãos com o direito a voto dividem-se em elementos politicamente ativos e em elementos politicamente passivos. Como essa distinção tem por base a livre decisão de cada um, não é possível suprimi-la, a despeito de todas as medidas de ordem geral que se possam sugerir, tais como o voto obrigatório, a “representação das profissões” ou qualquer outro meio destinado, formal ou efetivamente, a fazer desaparecer a diferença e, por esse meio o domínio dos políticos profissionais. (Weber, 1999a: 84)

Como não bastasse essa preponderância dos políticos profissionais no campo eleitoral, a estrutura interna dos partidos também está organizada no sentido de lhes dar suporte e os projetar. Como são eles que dão coesão e mantêm o funcionamento dos partidos, detêm todo o conhecimento sobre a *máquina*, “podem fazer frente aos parlamentares e estão mesmo em condição de impor, em medida considerável, a própria vontade” (Weber, 1999a: 89). É de

importância fundamental, pois, que qualquer candidato eleito dentro de um partido tenha o apoio desse imenso aparelho gerido pelos políticos profissionais – sobretudo para o financiamento da campanha – a fim de tornar-se, dentro do partido, um *chefe*.

Embora as palavras de Weber tenham sido escritas no início do século passado, elas ainda parecem fazer sentido hoje. Embora as aparências levem a crer que em todo e qualquer sistema político – incluindo o democrático – o poder, de fato, repouse nas mãos de uma minoria – como explicitamente afirmou a *teoria das elites* – a, precaução nos obriga a considerar que *mesmo em sistemas democráticos a probabilidade é que o poder político seja exercido por uma minoria*. Fato incontestado, todavia, é que em algumas circunstâncias extremas o poder se restringe ainda mais e chega a ser exercido por apenas uma pessoa. É o caso da *liderança carismática*.

Discutindo sobre o tema do elitismo e a influência dele no pensamento de Antonio Gramsci, Bobbio afirma que

Menos analisado e aprofundado é o interesse excepcional que Gramsci demonstrou por aquela forma extrema de elitismo que é a teoria do líder carismático: em situações extraordinárias de grandes crises e de grandes modificações o ápice do poder se restringe ainda mais e se concretiza em uma só pessoa, que se impõe ou é invocada (embora nestes casos extremos força e consenso mal se distingam) como guia, árbitro, salvador. (Bobbio, 1999: 98)

O tema é apresentado por Gramsci através do conceito de *cesarismo*. Embora pareça inquestionável a Bobbio que o tema do carisma chegue a Gramsci por intermédio de Michels, naqueles anos o tema “havia sido elaborado, pela primeira vez, com ampla doutrina e profundo conhecimento histórico, por Max

Weber” (Bobbio, 1999: 99), de quem Gramsci conhecia o livro *Parlamento e Governo na Alemanha Reordenada* (Bobbio, 1999: 99-100). Percebe-se assim a existência de uma espécie de “diálogo implícito” entre Gramsci e Weber no terreno da discussão sobre a questão da liderança, foco que procuraremos privilegiar no decorrer do texto que se segue.

No momento inicial de sua formulação, o presente trabalho pretendia expor algumas das concepções sobre o papel desempenhado por lideranças políticas em sistemas democráticos a partir das obras de Max Weber e Antonio Gramsci. O desenvolvimento da pesquisa, porém, mostrou a necessidade de se incluir também a questão da burocracia, uma vez que ambas as formas de liderança – burocrática e carismática – definem-se por oposição e, inclusive, se complementam.

A contextualização histórica, empreendida na primeira seção, já era uma necessidade prevista; a importância que assumiu durante o andamento da pesquisa, porém, não o era. Sabia-se que haveria um recorte histórico e a intenção era abordar um período que compreendesse, aproximadamente, o início do século XX até 1940. O contexto deveria abranger principalmente o debate teórico mais explícito sobre o tema da formação de lideranças do período, a saber, a *teoria das elites* e, dentre seus principais representantes, Robert Michels. Fez-se necessário, porém, uma contextualização mais ampla.

Na medida em que essa contextualização foi ganhando corpo e a pesquisa avançando, foram-se revelando alguns outros importantes temas associados aos autores estudados. Um destes temas é o conceito de

modernidade tal como aparece em Weber e Gramsci. Com ele, a questão da *revolução passiva* e a formação dos Estados-nação alemão e italiano e seus tardios desenvolvimentos industriais. A burocratização também foi um fenômeno reconhecidamente moderno para os autores em questão, sobretudo pelo fato de ter caracterizado a organização do Estado, dos partidos políticos e dos movimentos sociais. Isso tudo no contexto do funcionamento de um mercado auto-regulável de trabalho, que promoveu uma pauperização sem precedentes da classe trabalhadora, inaugurando a reconhecida *sociedade de massa* (Polanyi, 2000).

Embora este trabalho não tenha como escopo uma discussão acerca disso que foi denominado *modernidade ocidental*, ainda assim algumas linhas de suas características gerais foram explicitadas, sobretudo em suas especificidades alemã e italiana. A transição para uma sociedade capitalista, industrial, urbana, marcou especificamente o caso desses dois países por tratar-se de um desenvolvimento tardio em relação a outros países ocidentais. Alemanha e Itália apresentaram singularidades e traços particulares que foram objeto de reflexão de Max Weber, em um dos casos, e de Antonio Gramsci, no outro. A transição para uma nova ordem pode ser descrita nos casos dessas duas nações como processos de *revolução passiva* – conceito gramsciano que revela, de um lado, um processo *geral* de transformação em nível *mundial* marcado concretamente, de outro lado, por características *nacionais* (*particulares*, portanto), que representam como se deu historicamente a correlação entre as forças revolucionárias e contra-revolucionárias naqueles países.

Nesse sentido, uma hipótese implícita neste trabalho é a de que alguns pressupostos ligados à doutrina liberal foram vistos – especificamente aqui por Weber e Gramsci – como *universais* na primeira metade do século XX. Trata-se do *industrialismo*, da *burocratização*, do *sufrágio universal*, da *democracia representativa*. Essas forças modernizantes das sociedades feudais, ou semi-feudais, encontraram maiores ou menores resistências em cada nação, configurando – sob esta perspectiva – movimentos autônomos. Weber e Gramsci estavam atentos tanto para as particularidades deste processo como para sua universalidade.

É importante lembrar que de alguma forma os dois pensadores em questão, bem como as teorias sociológicas e filosóficas a eles subjacentes, estão inseridos na tradição iluminista. Gramsci é reconhecidamente um autor inspirado na filosofia marxista, cujas raízes já foram apontadas por Engels – um tanto simplificadamente, é certo – como sendo o *idealismo alemão*, a *economia política clássica* e a *Revolução Francesa*. Se por vezes essa *descendência* é denominada de *eclética*, o que se poderia dizer das influências referentes à obra de Max Weber? Das filosofias idealistas ao historicismo, da psicologia à história e à sociologia, parece não haver área sobre a qual Weber não tenha demonstrado interesse e que, de alguma forma, não tenha também exercido algum tipo de influência sobre seu pensamento. Resgatar e explicitar as matrizes filosóficas dos autores abordados fugiria ao tema aqui proposto, mas queremos apenas notar que há um sentido geral comum implícito em suas obras que guardam dívidas claras com o que poderíamos denominar de *modernidade ocidental*.

No que diz respeito à esfera política, a sociedade de massas, a industrialização, a crescente mobilização da classe trabalhadora, a extensão do voto sob o sufrágio universal, a burocratização, criaram uma dinâmica jamais vista na história. A democracia e o sufrágio universal foram entendidos como um alargamento da esfera dos direitos do cidadão, cujos pressupostos depositavam-se em um certo otimismo na teoria contratualista, bastante influente na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos. Já na Alemanha e na Itália, o pensamento político preferiu a matriz do Estado-força ou Estado-ético (Bobbio, 1999: 81 e seguintes), cujas características mais gerais este trabalho tentará mostrar.

Em um tom claramente antidemocrático, a teoria das elites – como ficou conhecida – buscou evidenciar que o sufrágio universal não passava de uma ilusão pela qual uma minoria justificava a concentração de poderes em suas mãos. Robert Michels, assim, tentou demonstrar como o sistema democrático funciona apenas sob a direção de uma minoria dirigente, que se impõe ou é aclamada (Michels, 1982). Essa concepção não ficou restrita apenas a círculos liberais, aristocráticos ou anti-socialistas. Mesmo Marx, Lênin e Gramsci não se preocuparam detidamente com o problema institucional da ordem democrática, até mesmo porque suas concepções concentravam-se na demonstração da hipótese de que uma “verdadeira democracia” (Marx) dispensaria por completo a necessidade de Estado, uma vez extintas as classes sociais (Bobbio, 1999: 81 e seguintes). Trata-se evidentemente de uma afirmação que deve ser bem relativizada e contextualizada – o que esta dissertação intenta realizar no que diz respeito à teoria gramsciana, como poderá ser visto na seção 2.

Weber certamente se incluiria entre os autores elitistas. No entanto, sua percepção era de que uma sociedade de massas impõe que a legitimação do poder soberano se dê no âmbito eleitoral e os fatos indicam que a expansão do sufrágio seria um processo irreversível nas sociedades ocidentais modernas. Além disso, a organização do sistema democrático e eleitoral seria, para ele, revestida por uma crescente burocratização cuja dinâmica é estranha à liberdade da vontade humana na esfera política. Somente com a ampliação do sufrágio, instaurando uma *democracia plebiscitária*, e com a concorrência entre lideranças é que se poderiam formar verdadeiros líderes políticos.

Pode-se afirmar que o presente trabalho se centra basicamente nos problemas relativos à formação e à função desempenhada por lideranças políticas no interior de um regime democrático. Os elementos históricos levantados são subsidiários em relação a este tema central, mas também ajudam nas formulações lógica e concreta dos conceitos arrolados.

SEÇÃO I

O contexto histórico e a teoria das elites

1.1 Entre liberalismo e socialismo

A intenção desta seção é delinear alguns traços gerais do período que este trabalho compreende, aproximadamente a segunda metade do século XIX e a primeira do XX. Trata-se de um período de intensas mudanças não apenas para os aspectos gerais da sociedade ocidental, mas também para o cotidiano das pessoas simples. Nem todas as grandes transformações históricas possuíram esse duplo aspecto – e talvez nenhuma tenha imprimido à época precedente uma transformação tão abrupta. Não é o caso de argumentar aqui sobre isso. O interesse é mostrar que a partir da segunda metade do XIX se expande para o continente o desenvolvimento da Revolução Industrial inglesa, que estruturam as sociedades nacionais sob fundamentos absolutamente novos.

A expansão do desenvolvimento industrial inglês para as nações continentais promoveu profundas mudanças nas estruturas das sociedades em questão. O núcleo da transformação ocorrida nesse período parece ter residido – como mostrou Polanyi (2000) – na adequação das instituições sociais ao princípio do mercado auto-regulável. O início das mudanças remonta aos cercamentos do

século XVIII inglês. A conversão das terras aráveis em pastagens expulsou o camponês de uma terra que, por costume, seria sua e de seus herdeiros, destruiu suas casas, aboliu um certo número de empregos e diminuiu uma quantidade significativa de oferta de alimentos disponíveis no local (Polanyi, 2000: 56).

Os cercamentos foram chamados, de uma forma adequada, de revolução dos ricos contra os pobres. Os senhores e os nobres estavam perturbando a ordem social, destruindo as leis e os costumes tradicionais, às vezes pela violência, às vezes por pressão e intimidação. [...] O tecido social estava sendo destruído; aldeias abandonadas e ruínas de moradias humanas testemunhavam a ferocidade da revolução, ameaçando as defesas do país, depredando suas cidades, dizimando sua população, transformando seu solo sobrecarregado em poeira, atormentando seu povo e transformando-o de homens e mulheres decentes numa malta de mendigos e ladrões. (Polanyi, 2000: 53)

O ritmo do progresso econômico promovido pelos princípios da indústria têxtil, no entanto, foi freado a fim de tornar-se “socialmente suportável”, uma vez que a Coroa, imbuída das técnicas iluministas da arte de governar, comprometeu-se com o bem-estar da plebe, “utilizando o poder do governo central para socorrer as vítimas da transformação e tentando canalizar o processo de mudança de forma a tornar o seu curso menos devastador” (Polanyi, 2000: 56-7). O desenvolvimento industrial e comercial, ainda assim, fora levado à frente por uma classe que sobrepujaria, mais tarde, pelo constitucionalismo parlamentar, a Coroa inglesa.

O desenvolvimento desse mesmo processo, aliado a causas peculiares à Inglaterra, como “a expansão dos mercados, a presença do carvão e do ferro, assim como de um clima úmido propício à indústria do algodão, a multidão de pessoas despojadas pelos novos cercamentos do século XVIII, a existência de instituições livres, a invenção das máquinas” (Polanyi, 2000: 58-9) e alguns outros

motivos, tudo isso, como se sabe, levou à Revolução Industrial. Contudo, um traço parece ter sido definitivo: a instalação de uma economia de mercado, na qual as rendas dos sujeitos sociais deveriam derivar única e exclusivamente da venda de um produto. Acontece que a base da economia era ainda a *terra* e o *trabalho*, e a produção era em grande medida para a *subsistência*. A mudança para uma economia de mercado teria, então, que transformar *terra* e *trabalho* em *mercadorias* e a motivação para a produção, em *lucro*.

 Todavia, o trabalho, a terra e o dinheiro obviamente *não* são mercadorias. [...] Trabalho é apenas um outro nome para atividade humana que acompanha a própria vida que, por sua vez, não é produzida para venda mas por razões inteiramente diversas, e essa atividade não pode ser destacada do resto da vida, não pode ser armazenada ou mobilizada. Terra é apenas outro nome para a natureza, que não é produzida pelo homem. Finalmente, dinheiro é apenas um símbolo do poder de compra e, como regra, ele não é produzido mas adquire vida através do mecanismo dos bancos e das finanças estatais. Nenhum deles é produzido para a venda. (Polanyi, 2000: 94)

Ainda assim, a nova sociedade fora erigida em torno dessa *ficção* construída, basicamente, pela economia política clássica. A organização do trabalho para a nascente economia capitalista teria, portanto, que *supor* que a força de trabalho fosse uma mercadoria à venda no mercado. Essa *ilusão* acabaria por destituir o homem de suas qualidades *culturais*, e eles “sucumbiriam sob os efeitos do abandono social; morreriam vítimas de um agudo transtorno social, através do vício, da perversão, do crime e da fome” (Polanyi, 2000: 95). Observada unilateralmente, a sociedade em geral passava a ser mero apêndice da economia.

Dizer, no entanto, que a sociedade da época tratou sua realidade sob o prisma da economia é restabelecer a própria perspectiva econômica sobre aquele

período. O que se percebe durante a instalação do mercado auto-regulável, segundo Polanyi, são as diversas instituições sociais tentando se proteger das conseqüências devastadoras da industrialização.

Dessa forma, a sociedade inglesa do século XVIII resistiu, embora inconscientemente, às transformações que atentavam contra os valores tradicionais. A implantação de um mercado de trabalho, “especialmente na civilização rural da Inglaterra, significava nada menos do que destruir totalmente o tecido tradicional da sociedade” (Polanyi, 2000: 99). As vantagens desse livre mercado “não podiam compensar a destruição social que ele acarretaria” (Polanyi, 2000: 99) e em 1795 foi promulgado um sistema de abonos que asseguraria “ao pobre uma renda mínima *independente dos seus proventos*” (Polanyi, 2000: 100). Em longo prazo, essa renda competiu com os salários e “em poucos anos a produtividade do trabalho começou a declinar até o nível do trabalho indigente, oferecendo aos empregadores mais um motivo para não elevar os salários além da tabela” (Polanyi, 2000: 101). Estava criada a classe dos empregadores; os empregados, no entanto, transformaram-se em indigentes. Com a supressão dessa medida de abonos em 1834, a pressão do pauperismo e da fome impôs a formação de uma classe de trabalhadores pobres.

A economia política clássica criou pressupostos condizentes com essa sociedade que emergia. “As leis do comércio eram as leis da natureza e, portanto, as leis de Deus” (Polanyi, 2000: 143).

A partir desse ponto de vista novo, uma sociedade livre podia ser vista como se consistisse de apenas duas raças: proprietários e trabalhadores. O número desses últimos era limitado pela quantidade de alimento e a fome impeli-los-ia ao trabalho, enquanto a propriedade estivesse em

segurança. Não havia necessidade de magistrados, pois a fome era um disciplinador melhor que o magistrado. (Polanyi, 2000: 141)

Dois ângulos se abriram em relação à instauração do mercado auto-regulável: por um lado, os princípios do liberalismo econômico, defendendo que todos aqueles males sociais eram fruto do intervencionismo do Estado e que, deixados a seu livre curso no mercado, desapareceriam; de outro, os princípios da proteção social, defendidos basicamente pelas classes trabalhadora e fundiária, “cuja finalidade era preservar o homem e a natureza, além da organização produtiva”, “e que utilizava uma legislação protetora, associações restritivas e outros instrumentos de intervenção como seus métodos” (Polanyi, 2000: 164). Obviamente que “as classes fundiárias naturalmente procuravam a solução de todos os males na manutenção do passado”, enquanto “os trabalhadores estavam, até certo ponto, em posição de transcender os limites de uma sociedade de mercado e pedir soluções ao futuro” (Polanyi, 2000: 189). No entanto, ressalta Polanyi que

não foram grupos ou classes únicas a fonte do assim chamado movimento coletivista, embora o resultado tenha sido influenciado decisivamente, pelo caráter dos interesses de classe envolvidos. Em última instância, o que fez as coisas acontecerem foram os interesses da sociedade como um todo, embora sua defesa tenha recaído basicamente numa secção da população em preferência a outra. Parece razoável agrupar nosso relato do movimento protetor não em torno de interesses de classe, mas em torno das substâncias sociais ameaçadas pelo mercado. (Polanyi, 2000: 196)

Tomada a decisão mais drástica que era justamente a de formar o mercado de trabalho, fora colocado em funcionamento o sistema de mercado auto-regulável e os oitenta anos que se seguiram foram críticos. Em todos os países ocidentais – apesar das distinções que se possam fazer entre a América, a

Inglaterra e o continente europeu ocidental – a ficção *trabalho-terra-dinheiro* geraram fortes problemas estruturais, “e tanto no que concerne ao homem, à natureza ou à organização produtiva, grupos ou classes definidas pressionaram por proteção” (Polanyi, 2000: 197).

Não obstante o fato de que a Revolução não tenha forçado os trabalhadores rurais da Europa continental a migrar para as cidades na mesma medida como ocorreu na Inglaterra, “é fora de dúvida que as condições de moradia [no continente também] eram abomináveis e o alcoolismo e a prostituição imperaram entre os estratos mais baixos dos trabalhadores citadinos até o início do século XX” (Polanyi, 2000: 209). Politicamente, no entanto, as classes baixa, média e até mesmo a burguesia estavam no mesmo patamar e não tardou para que esses grupos sociais urbanos se aliassem em favor da igualdade de direitos e liberdades contra a aristocracia feudal, o absolutismo e o privilégio (Polanyi, 2000: 210).

Parece correto afirmar que essas *alianças* entre classes e grupos sociais foram circunstanciais e, menos que uma *aliança política* propriamente dita, significaram apenas uma confluência de interesses e expectativas localizados. Os desdobramentos reais dessas *alianças* assumiram, dessa forma, feições próprias em cada caso e em cada nação. Se é lícito afirmar que *politicamente a burguesia, o proletariado e o campesinato estavam em uma situação semelhante diante da aristocracia fundiária*, as condições de vida de cada uma dessas classes eram tão diversas quanto poderiam ser suas expectativas diante da instauração da sociedade de mercado.

Com a expansão do sufrágio universal, já no final do século XIX, “a classe trabalhadora era um fator de influência no Estado” e a burguesia tomou “consciência do poder político que a sua liderança na indústria abrangia” (Polanyi, 2000: 165).

No entanto, quer a classe trabalhadora ganhasse ou perdesse, sua experiência se fortalecia e seus objetivos se elevavam a um nível político. É isto o que significa adquirir uma consciência de classe. As ideologias marxistas cristalizaram a perspectiva do trabalhador urbano, a quem as circunstâncias ensinaram a usar sua força industrial e política como arma de uma política mais ambiciosa. (Polanyi, 2000: 211)

O sindicalismo assumiu uma importante tarefa na garantia da manutenção de alguns direitos mínimos à classe trabalhadora direcionando-se, pois, contra os princípios do mercado auto-regulável. Os liberais, por sua vez, fizeram “um esforço supremo para restaurar a auto-regulação do sistema, eliminando todas as políticas intervencionistas que interferiram com a liberdade dos mercados de terra, trabalho e dinheiro” (Polanyi, 2000: 270). Socialismo e liberalismo correspondem, dessa forma, a dois ângulos fundamentais sobre a qual a segunda metade do século XIX e a primeira do XX fizeram seus movimentos.

Aos que viveram o início do século XX, “parecia óbvio que o velho mundo estava condenado” (Hobsbawm, 1995: 62). Assim como Revolução Francesa fizera com o feudalismo, a Revolução Russa anunciava a superação da ordem capitalista, “feita não para proporcionar liberdade e socialismo à Rússia, mas para trazer a revolução ao proletariado mundial” (Hobsbawm, 1995: 63). Para a grande maioria dos socialistas, a esperança da revolução mundial – “que iria abolir tudo o que era mal e trazer uma sociedade sem infelicidade, opressão, desigualdade e injustiça” – era garantida por uma inevitabilidade histórica e

certeza científica (Hobsbawm, 1995: 78). Exageros à parte, não se pode, de qualquer forma, ignorar que todo o “Breve Século XX” – mas especificamente seu princípio – sofreu uma influência marcante do socialismo, cujo quartel-general, após a Revolução de Outubro, fora certamente Moscou.

Parecia óbvio que o velho mundo estava condenado. A velha sociedade, a velha economia, os velhos sistemas políticos tinham, como diz o provérbio chinês, “perdido o mandato do céu”. A humanidade estava a espera de uma alternativa. Essa alternativa era conhecida em 1914. Os partidos socialistas, com o apoio das classes trabalhadoras em expansão de seus países, e inspirados pela crença na inevitabilidade histórica de sua vitória, representavam essa alternativa na maioria dos Estados da Europa [...]. (Hobsbawm, 1995: 62)

Grande parte do êxito do movimento socialista residia em sua organização, baseada em uma disciplina e coesão comparáveis, estrito senso, a exércitos militares, além do consenso ativo de seus participantes, dispostos inclusive ao auto-sacrifício. Essa “formidável inovação de engenharia social do século XX” garantia “até mesmo a organizações pequenas uma eficácia desproporcional” (Hobsbawm, 1995: 81-2). É conhecido o papel que as *vanguardas* representam nesse modelo e a influência que ele exerceu nos partidos socialistas e comunistas em todo o mundo, inclusive na Itália. Pode-se afirmar que a relação *líderes-massa* constitui uma problemática excepcional durante esse período, sobretudo se for observado que se trata de “um momento de afirmação da democracia, de extensão da participação e da cidadania política” (Grynszpan, 1999: 18) – questões que demandaram tanto esforços *práticos* para sua realização quanto *teóricos* para sua compreensão.

A transição gradativa da ordem tradicional para a burocrática impeliu a que todos tomassem uma posição diante da realidade que se afirmava. Se os

novos atores sociais – os partidos, as massas, os trabalhadores – apostavam em geral na democracia e na igualdade genérica dos homens, os aristocratas e a *elite culta* enfatizavam os valores perdidos e, sobretudo, a farsa que representava os ideais democráticos.

A presença dos trabalhadores era na verdade um elemento fundamental, exercendo um peso decisivo nos cálculos dos setores dominantes e determinando a resistência, ao menos de parte deles, em relação à democracia e aos seus possíveis efeitos. A afirmação do movimento operário e a expressão que o socialismo vinha alcançando em alguns países eram vividas como decorrências da democracia, atribuindo-se a ela, não em si, mas pelo que poderia propiciar, um forte caráter de ameaça. (Grynszpan, 1999: 26)

O fundamento da dicotomia *socialismo-liberalismo*, segundo Polanyi, reside no fato de que enquanto o liberalismo enraíza-se necessariamente no pressuposto de um mercado auto-regulável, o socialismo é, na sua essência, exatamente o contrário, ou seja, “a tendência inerente a uma civilização industrial de transcender o mercado auto-regulável, subordinando-o, conscientemente, a uma sociedade democrática” (Polanyi, 2000: 273). Os partidos trabalhistas representariam, assim, uma ameaça que a qualquer momento, “sob a pressão de um perigo iminente”, “podiam apelar para medidas de caráter socialista ou que assim pareciam aos partidários militantes da empresa privada” (Polanyi, 2000: 274).

Uma sociedade de mercado complexa não conseguiria sobreviver sob a tensão que assumira o conflito de classes e qualquer “choque de interesses de grupo que resultasse na paralisação de órgãos da indústria ou do Estado – um deles ou ambos – criava um perigo imediato para a sociedade” (Polanyi, 2000: 274). A década de 1920 presenciou esse fato.

É claro que chegaria o momento em que ambos, os sistemas econômico e político, se veriam ameaçados de uma paralisia total. O medo atingira o povo e a liderança seria entregue àqueles que oferecessem uma saída fácil, a qualquer preço. A época estava madura para a solução fascista. (Polanyi, 2000: 275)

A alternativa fascista representou basicamente a reforma do sistema de mercado cujo preço foi a supressão do sistema democrático. Tal como o socialismo, o fascismo “enraizava-se numa sociedade de mercado que se recusava a funcionar”, o que explicaria seu alcance universal e o vigor que assumiu após a crise de 29 (Polanyi, 2000: 279). O fascismo ruiu novamente com os princípios democráticos, reforçando a tese de que a ameaça aos princípios liberais, até o término da Segunda Guerra Mundial, advinha mais da direita do que da esquerda (Hobsbawm, 1995: 115-6).

1.2 Massas e elites

Uma das teses mais difundidas no final do século XIX contra os princípios democráticos foi divulgada a partir da *teoria das elites*, cujo “argumento central [...] era o de que em qualquer sociedade, em qualquer grupo, em qualquer época ou lugar, havia sempre uma minoria, uma elite que, por seus dons, e sua competência e seus recursos, se destacava e detinha o poder, dirigindo a maioria” (Grynszpan, 1999: 11). Vilfredo Pareto – consoante ao espírito acadêmico de sua época, que imprimia um caráter sobremaneira positivista e evolucionista a várias disciplinas, como a psicologia, a medicina, a biologia e até mesmo a história – admitia que, em última análise, a formação dessas elites remetia às próprias diferenças observadas entre os indivíduos singulares.

Quer certos teóricos gostem ou não, o fato é que a sociedade humana não é homogênea, que os indivíduos são física, moral e intelectualmente diferentes. Estamos aqui interessados nas coisas como são. Devemos portanto levar em consideração esse fato. (Pareto, 1966: 70)

Considerando que uma elite é constituída por aqueles indivíduos que mais se destacam em suas respectivas atividades (físicas, intelectuais, artísticas, entre outras), o autor salienta ainda que, entre essas elites, somente alguns se destacam na liderança das demais, configurando assim uma “elite governante”.

Temos então dois estratos numa população: 1) um estrato inferior, a *não-elite*, cuja influência possível no governo não nos interessa aqui; 2) um estrato superior, a *elite*, dividida em dois: a) a *elite* governante; b) a *elite* não-governante. (Pareto, 1966: 73)

Mesmo no interior de uma *elite* existe sempre uma pessoa – ou algumas poucas – sobre a qual repousa, de fato, o poder supremo. Contudo, à existência de um *chefe* não pode prescindir um grupo que o apóie e que execute suas ordens, impondo um certo respeito, configurando sempre, dessa forma, uma *minoría dominante*. Quanto mais antigas as sociedades em questão, mais essa minoria assume caráter bélico ou militar, como foram os casos, segundo Gaetano Mosca (1966), da Índia, do Império Romano e dos Astecas, no período antigo. Nas civilizações adiantadas, a guerra só provocará a formação desse grupo em condições excepcionais, pois nessas sociedades será “a riqueza, e não o valor militar, a feição característica da classe dominante” (Mosca, 1966: 58). Robert Michels também reconhece a necessidade ou, ao menos, importância dos *líderes*, inclusive nos governos democráticos. Uma das teses principais de Michels é a de que toda democracia inevitavelmente tende à oligarquia. Nas sociedades ocidentais modernas, os problemas para a organização democrática tornaram-se ainda mais complexos na medida em que as populações vêm aumentando gradativamente e os problemas técnicos tornam-se cada vez mais especializados.

Segundo Mosca, o fundamental para que se possa realizar a transformação histórica dos princípios *militares* para *de riqueza* como fator decisivo para a configuração de uma minoria dominante é que a propriedade privada seja suficientemente protegida pela lei ou pela autoridade pública, tornando desnecessário o uso de forças particulares e privadas. Para o autor, este processo corresponde à transformação do “Estado feudal” em “Estado burocrático”, marcada por uma evolução “via de regra grandemente facilitada pelo

progresso pacífico dos usos e costumes e por certos hábitos morais que as sociedades contraem à medida que a civilização avança” (Mosca, 1966: 55). Assim, além de se exercer influência social por meio apenas do militarismo, aos poucos vão sendo criadas outras formas de dominação através da publicidade pessoal, da boa educação, do treinamento especializado, dos postos eclesiásticos, etc. O *notável* nisso tudo é que todas essas formas de exercício de *influência social* são sempre de maior acessibilidade aos ricos que aos pobres – fato que justifica a idéia do autor de que é justamente a *riqueza* que irá ser o fator preponderante que aglutinará a *classe dirigente*.

Sendo a organização política um dos elementos imprescindíveis à democracia moderna, Michels afirma que é impossível tecnicamente um governo em que as massas possam efetivamente decidir todas as questões que lhe digam respeito. O resultado é que mesmo as organizações democráticas precisam de pessoas realmente interessadas no exercício de suas atividades, que decidam, tomem posições e liderem aqueles que não estão interessados. Esse processo proporciona a formação da clássica distinção entre governantes e governados e a relativa autonomia da esfera política que lhe confere o status de objeto científico desde Maquiavel.

Para Michels, o princípio das organizações democráticas, que funda a idéia de auto-governo das massas, é a igualdade genérica dos homens. Não foi outro princípio que, segundo ele, orientou o movimento trabalhista, buscando “fazer com que as massas participassem na administração do partido e dos sindicatos” (Michels, 1982: 19). No entanto, como isso é, na prática, irrealizável

por razões técnicas e administrativas, “impõe-se a necessidades de delegados, capazes de representar a massa e de garantir a realização de sua vontade” (Michels, 1982: 18).

Mas a organização compreende burocracia e esta, especialização. Na medida em que as atividades do partido, sindicato, Estado, vão se especializando, vão se tornando necessárias novas instituições que cuidem desses pormenores e assim sucessivamente. E dessa solidificação do mecanismo de organização (e representação) resulta o deslocamento paulatino do poder de decisão das mãos das massas para as de uns poucos capazes e interessados em fazê-lo. Estaria traçado, assim, para Michels, um dos principais fundamentos da distinção entre governantes e governados e, a partir disso, a conhecida formação de oligarquias dentro do sistema democrático. No Estado burocrático, o recrutamento através processos como concursos, que teoricamente estão abertos a todos, tende a selecionar somente aqueles que possuem “os recursos necessários para fazer frente à despesa da longa preparação” (Mosca, 1966: 62). Se é fato que o saber possui um grande valor político quando suas aplicações científicas e especializadas são postas em prática em proveito do Estado, então, novamente, o poder estará progressivamente se dirigindo aos *mais ricos*, uma vez que é nesta classe que se poderá encontrar um ambiente cultural e intelectual mais desenvolvido além, é claro, de disponibilidade de tempo e recursos para os estudos.

Nem mesmo o sufrágio universal poderia romper com essa lei sociológica inexorável: ao contrário, “a adoção do sufrágio universal e a crença

nos princípios sobre os quais se apoiava – os da igualdade entre os homens e da soberania popular – produziam [...] a legitimação do mando da minoria, cujos desígnios passavam a ser aceitos como expressão da vontade autônoma das amplas majorias” (Grynszpan, 1999: 11-2). Mesmo prevalecendo o sufrágio universal, o fato é que “é sempre uma oligarquia que governa, achando meios de dar à ‘vontade do povo’ a expressão que uns poucos desejam” (Pareto, 1966: 87).

O princípio democrático de eleição por sufrágio universal pareceria à primeira vista estar em conflito com a tendência à estabilidade que, de acordo com a nossa teoria, as classes dirigentes dão mostra. Mas é de se notar que os candidatos bem sucedidos nas eleições democráticas são quase sempre os que possuem as forças políticas acima enumeradas, que muitas vezes são hereditárias. (Mosca, 1966: 62)

Mesmo sendo uma tendência das *classes dirigentes* a estabilização no poder via de regra pela hereditariedade, quando novos elementos entram na cena política o equilíbrio entre os poderes se altera.

Se uma nova fonte de riqueza se desenvolve numa sociedade, se a importância prática do saber aumenta, se uma antiga religião declina ou se nasce uma nova, se uma nova corrente de idéias se propaga, então, simultaneamente, ocorrem deslocamentos de longo alcance na classe dirigente. Pode-se dizer, de fato, que toda a história da humanidade civilizada se resume num conflito entre a tendência de elementos dominantes de monopolizar o poder político, e transmitir sua posse por herança, e a tendência para o deslocamento de velhas forças e para uma sublevação de novas; e esse conflito produz um fermento inesgotável de endosse e exosse entre as classes altas e certas porções das mais baixas. (Mosca, 1966: 62)

Nestas fases de renovação das classes dirigentes, ou *períodos revolucionários*, o que se percebe é a substituição de uma minoria que perde seus fundamentos sociais (sejam religiosos, bélicos, aristocráticos, culturais) por *outra* minoria dotada de novos e importantes elementos sociais que se traduzem em novas forças políticas. Enquanto não se tenha configurado ainda o perfil dessa

nova classe, a admissão a ela é relativamente fácil, formando um campo livre às “energias individuais” e “certos indivíduos, mais apaixonados, mais enérgicos, mais intrépidos ou simplesmente mais sagazes que outros forçam seu caminho do fundo da escala social para as fileiras mais altas” (Mosca, 1966: 68). Passado esse momento “febril”, os novos líderes adquirirão um “espírito de grupo” e “aprenderão cada vez melhor a arte de monopolizar a seu favor as qualidades e capacidades essenciais para a aquisição e manutenção do poder. Então, por fim, a força que é essencialmente conservadora aparece – a força do hábito” (Mosca, 1966: 69).

Uma das “novidades” apresentadas pelo estudo de Michels sobre os partidos políticos era o tema do “poder carismático”, característico dos partidos de massa. Nos deteremos sobre um capítulo esclarecedor de *Os Partidos Políticos* em que Michels aponta *as causas determinantes de ordem psicológica* (e esse é o título do capítulo) que levam à formação de lideranças com características carismáticas nas organizações democráticas.

Após considerar o fato de que o centralismo, na organização partidária, é o único meio de se criar uma vontade coletiva e possibilitar as massas de “participarem” das decisões políticas, Michels começa a “revelar” os “vícios” do sistema de representação e delegação. O centralismo e a participação de apenas uma minoria nas decisões resultariam, por um lado, do indivíduo “delegado” que pretende que a “delegação constitua sua propriedade” e, por outro, pela “indiferença que a massa demonstra na vida pública [sobretudo] em tempos normais” que, embora reclamando esporadicamente, “a maioria, no fundo, está

encantada por ter encontrado indivíduos dispostos a cuidar de seus assuntos” (Michels, 1982: 35). A formação das elites no poder seria resultado, pois, dessa simbiose entre os interesses da própria elite (que quer permanecer no poder) e os das massas (indiferentes com a vida pública).

Uma participação mais efetiva das massas somente é perceptível nas “reuniões em que se discutem as atualidades políticas, sensacionais ou sentimentais”, ou “tratados assuntos de interesse geral”, que “atraem muito mais gente [...] que as reuniões consagradas à teoria” – que são, no entanto, vitais para a organização (Michels, 1982: 34). As massas têm uma necessidade muito acentuada de serem dirigidas e guiadas; e “essa necessidade é acompanhada de verdadeiro culto aos chefes que são considerados como heróis” – o que contribui para a supremacia dos chefes (Michels, 1982: 35). Desse reconhecimento “emana uma grande força de sugestão: ao mesmo tempo que reage sobre as massas, ela exalta ainda sua admiração pelos chefes e constitui assim, para a supremacia destes, um novo elemento de estabilidade” (Michels, 1982: 44).

Na maioria das vezes a adoração dos chefes (“divindades temporárias”) permanece latente no espírito de seus militantes; mas, “quando se trata de personalidades realmente excepcionais ou em momentos de excitação particularmente viva, o fervor latente se manifesta exteriormente com a violência de um paroxismo agudo” (Michels, 1982: 41). Na análise de Michels, essa veneração aos chefes – posto que permanece mesmo após suas mortes – “é um resquício herdado da psicologia primitiva” (Michels, 1982: 43).

Estabelecidos os motivos que levam as massas à condição de dominadas, Michels passa a esclarecer as razões sobre as quais se forma uma elite de dominadores. Nossa atenção recairá sobre as qualidades consideradas “carismáticas”.

São várias as virtudes que levam alguns indivíduos a submeterem as massas ao seu poder; a principal, segundo Michels, é o dom da oratória. “Não há multidão que seja capaz de subtrair-se ao poder estético e emotivo da palavra. A beleza do discurso sugere a massa, e a sugestão a submete, sem resistência, à influência do orador” (Michels, 1982: 45) que passa a ter sobre ela um poder quase ilimitado. O conteúdo do discurso proferido tem importância secundária em comparação com “a beleza e a força da voz, a docilidade de espírito, a classe” (Michels, 1982: 46).

Além da oratória, Michels também põe em relevo outras qualidades pessoais importantes às lideranças carismáticas, como a “força de vontade”, a “superioridade do saber”, a “firmeza de convicções” que inspiram o respeito nas massas. “A todas essas qualidades acrescentem-se, enfim, em certos casos esporádicos, a bondade de alma e o desinteresse” (Michels, 1982: 46).

Mas o que as massas suportam no mais alto grau é o prestígio da celebridade. Basta que o homem célebre levante um dedo para que no mesmo momento se crie uma situação política. As massas, aliás, julgam uma honra confiar a uma celebridade a direção de seus assuntos. As multidões se curvam sempre, e de bom-grado, ao jugo dos indivíduos célebres. (Michels, 1982: 46-7)

É surpreendente que para todas essas considerações tanto no que diz respeito “às massas” quanto “aos chefes”, Michels sempre tem exemplos e argumentos sobre os quais se apoiar. Gramsci, ao comentar essa *facilidade* que

Michels tem em apresentar exemplos e argumentos, afirma que tem a “impressão de que não é o curso do pensamento que determina as citações, mas o acúmulo de citações já prontas que determina o curso do pensamento, dando-lhe um quê de irregular e improvisado” (Gramsci, 2000, V3: 167).

SEÇÃO II

Antonio Gramsci

O intuito principal desta seção é observar como Gramsci considera o tema da liderança carismática, expressa em sua obra basicamente através do conceito de *cesarismo*. Observar desta perspectiva a obra de Gramsci significou para nós movimentar uma parte substantiva de seus conceitos (*revolução passiva, hegemonia, intelectuais*), bem como ressaltar alguns aspectos históricos que foram importantes à sua produção teórica (*Risorgimento, fascismo-americanismo*). Ainda assim, devido aos limites deste trabalho, não foi possível elaborar um panorama que nos proporcionasse uma visualização mais completa do conjunto *contexto-autor-obra*.

Se considerarmos, com Gramsci, que o “primeiro elemento [da política] é que existem efetivamente governantes e governados, dirigentes e dirigidos” (Gramsci, 2000, V3: 324), poderíamos caracterizar uma situação de *dominação carismática*, ou mais precisamente “*cesarista*”, quando há uma profunda restrição da “classe” dominante e um alargamento da dos “dominados”. Assim, por natureza, uma das mais marcantes características desse tipo de dominação é a centralização dos poderes nas mãos de um líder. Situações históricas que propiciam o aparecimento de líderes carismáticos são, normalmente, segundo

Gramsci, as situações de crise e, conseqüentemente, de revoluções. Todavia, em casos nos quais “o Estado se sobrepõe a uma classe dirigente” ou seja, “quando o aspecto *dominação* (coerção) predomina sobre o aspecto *direção* (hegemonia como organização do consenso)” (Buci-Glucksmann, 1978: 130) tem-se também caracterizada uma situação de revolução passiva, à qual, portanto, o fenômeno cesarista está mais intimamente relacionado.

Para identificarmos esses elementos no percurso do pensamento de Antonio Gramsci, foi necessário observar como, na Itália, o tardio processo de unificação nacional gerou problemas que desafiaram “os principais intelectuais do país, do início do novecento às décadas de 20 e 30”, sobretudo no que diz respeito a “suas promessas não cumpridas” (Rêgo, 2001: 47). Em Gramsci, particularmente, esses problemas estão expressos na sua análise da *questão meridional* – na caracterização do capitalismo retardatário italiano e suas formas de reprodução, que concilia os aspectos *feudais* e *agrários* no Sul aos *modernos* e *industriais* no Norte. Essa *questão* introduziu novas problemáticas em suas reflexões a ponto de tornar-se uma referência que marca o início de muitas de suas formulações – hoje clássicas –, como, por exemplo, o tema dos *intelectuais*, da construção da *hegemonia*, o conceito de *bloco histórico*.

Apesar da marcante fragmentação da obra gramsciana – que dificulta uma interpretação mais consensual entre seus comentadores –, algumas preocupações estão presentes em todo seu percurso intelectual de forma que, observado como um todo, se percebe uma totalidade integrada. Isso, por um lado, não garantiria – segundo alguns de seus intérpretes – uma linha de continuidade a

seu pensamento, comportando, outrossim, várias nuances e rupturas; outros, porém, insistem na unidade de sua obra, abordando as nuances de forma a compreendê-las numa perspectiva de continuidade.

Há, de qualquer forma, um certo consenso entre os pesquisadores de que o tema da *questão meridional* é central na obra gramsciana. Muitas das contribuições e inovações teóricas operadas por Gramsci giram em torno dele. Indo além de um mero interesse *científico*, a reflexão de Gramsci sobre este tema se fundamenta em seu caráter político e, conseqüentemente, orienta toda a concepção do autor acerca do projeto socialista para a Itália. Embora se considere os escritos do cárcere como de seu período de *maturidade intelectual*, é seu texto inacabado “*Alguns temas da questão meridional*”, de setembro de 1926 – imediatamente anterior, pois, à sua prisão –, que representa, segundo Franco de Felice e Valentino Parlato (1987), o “ponto de inflexão” da reflexão gramsciana. Luiz Werneck Vianna (1997) compartilha dessa concepção de que a análise da questão meridional é uma das preocupações centrais de Gramsci e que o texto “*Alguns temas da questão meridional*” inaugura uma nova perspectiva de abordagem desse problema.

Malgrado os limites contidos nas *Teses de Lyon*, assevera Carlos Nelson Coutinho, “foi no período que vai de 1921 a 1926, em particular nos três últimos anos, que teve lugar a efetiva transição de Gramsci para a maturidade: é nessa fase que começam a tomar corpo, a partir de uma crescente assimilação do leninismo, alguns dos conceitos básicos que Gramsci irá desenvolver nos *Cadernos do Cárcere*, e que representam [...] a sua contribuição específica e

original ao desenvolvimento e renovação do marxismo” (Coutinho, 1981: 52). Assimilando e superando o pensamento de Lênin, Gramsci empreende em primeiro lugar um

aprofundamento a *nível teórico*, com sua teoria ampliada do Estado, com a formulação da diferença entre as formações “orientais” e “ocidentais”, com os conceitos de “guerra de posição” e de “crise orgânica”, etc. E, em segundo, ele opera um profundo reconhecimento do “*terreno nacional italiano*”, graças a seus detalhados estudos sobre o processo peculiar de transição para o capitalismo na Itália (através de uma “revolução passiva” ou “revolução sem revolução”), sobre a centralidade nacional das questões meridional e vaticana, sobre o caráter cosmopolita e não nacional popular da cultura e dos intelectuais italianos, etc. (Coutinho, 1981: 109)

No intuito, pois, de buscar uma definição de *cesarismo* a partir dos escritos de Gramsci, torna-se necessário mobilizar uma série de outros conceitos que articulam seu pensamento de uma forma geral, como o de *revolução passiva*, que aparece em suas formulações primeiras nos escritos anteriores ao cárcere. Assim, primeiramente este trabalho buscará avaliar o modo com que Gramsci caracterizou a unificação do Estado italiano (o *Risorgimento*), em um processo clássico de *revolução passiva* em que as superestruturas tiveram um peso fundamental. No segundo momento é que aparecerá o tema específico do *cesarismo* – fase marcada por um avanço teórico nítido de Gramsci em relação às suas preocupações anteriores ao cárcere –, relacionado àquelas importantes questões: *hegemonia*, *intelectuais*, *guerra de posições*, enfim. Nessa segunda fase de sua obra, o *moderno* se apresenta a Gramsci como sendo a tendência (passiva revolucionária) de universalização do *americanismo-fordismo*, implementado autoritariamente na Itália pelo fascismo.

2.1 Revolução passiva e Risorgimento

As desigualdades observadas entre as regiões Norte e Sul da Itália, como sugere Gramsci, advêm da fragmentação territorial ocorrida na península itálica após a queda do Império Romano. Embora tal fragmentação tenha promovido dinâmicas próprias no interior de cada principado, ao longo dos séculos subseqüentes foram se delineando, a partir das influências históricas a que foram submetidas, duas regiões basicamente distintas entre si:

no Norte, as Comunas haviam dado um impulso especial à história, enquanto no Sul o reino dos Svevo, dos Angiò, da Espanha e dos Bourbon lhe deram um outro impulso. Em uma parte, a tradição de uma certa autonomia criara uma burguesia audaz e cheia de iniciativas; e existia uma organização econômica similar à dos outros Estados da Europa, propícia ao ulterior desenvolvimento do capitalismo e da indústria. Na outra, as administrações paternalistas da Espanha e dos Bourbon nada criara: a burguesia não existia, a agricultura era primitiva e não era sequer suficiente para abastecer o mercado local; não havia estradas, nem portos, nem utilização das poucas águas que a região, pela sua especial conformação geológica, possuía. (Gramsci, 1987: 62)

Na Itália, a fragmentação política e o atraso de sua economia – cimentados “ideologicamente por um catolicismo tridentino e absolutista” (Rêgo, 2001: 44) –, impossibilitando o avanço das forças capitalistas, tiveram como consequência o “não desenvolvimento de uma estrutura social mais diferenciada” (Rêgo, 2001: 44). A Reforma Protestante – que em muitos países representou o início da secularização da vida e possibilitou a “emergência de um sentimento de individualidade” (Rêgo, 2001: 38) – foi *combatida* pela Igreja através da Contra-reforma, que assumiu contornos mais nítidos nas regiões italianas e cancelou em

seu nascedouro as possibilidades de uma convivência civil laica. Mesmo os efeitos emancipatórios do Renascimento – que, aliás, também trouxe como uma de suas características a *rivalidade regional* – dissiparam-se a ponto de suas heranças terem se convertido em “objeto de deleite de minorias econômicas e culturais” (Rêgo, 2001: 39).

O *Risorgimento*, como processo revolucionário de formação do Estado nacional e modernização econômica e social da Itália, não conseguiu “revolucionar ou até mesmo abalar profundamente as bases da dominação do *Ancien Régime*”, não eliminando tampouco as “poderosas formas de *coerção extra-econômica*, que se abatiam sobre as grandes massas, sobretudo camponesas, e que constituíram maioria na Itália quase até a Segunda Guerra Mundial” (Rêgo, 2001: 54). No Sul, o *Risorgimento* não pôde acabar com as “formas econômicas nitidamente feudais” nem com sua “psicologia correspondente”:

Por isso, a mentalidade do camponês continuou a ser a do servo da gleba, que se revolta violentamente contra os “senhores” em determinadas ocasiões, mas é incapaz de pensar a si mesmo como membro de uma coletividade (a nação para os proprietários, a classe para os proletários) e de desenvolver uma ação sistemática e permanente no sentido de mudar as relações econômicas e políticas de convivência social. (Gramsci, 1987: 69-70)

Dessa forma, “na história real, a Itália manteve até o século XX estruturas medievais de dominação, dificultando enormemente os processos de laicização imprescindíveis à racionalidade intrínseca ao Estado moderno” (Rêgo, 2001: 40). A formação do Estado nacional, além disso, ocorrera em um momento em que os princípios liberais de uma vida organizada pela *mão invisível do mercado* já davam mostra de toda sua fragilidade e que o desenvolvimento do

capitalismo atingira “a fase na qual sua regulação econômica” passaria “a depender progressivamente do poder normativo e regulador do Estado” (Rêgo, 2001: 40). Colocando em “íntimo contato as duas partes da península”, a unificação “confundiu suas exigências e necessidades, e o efeito foi a emigração de todo dinheiro líquido do Sul para o Norte, com o fim de encontrar rendimentos maiores e mais imediatos na indústria” (Gramsci, 1987: 62).

Assim, o latifúndio, que em dado período tendia a se fragmentar naturalmente entre os americanos que voltavam ricos, continuará ainda a ser a chaga da economia italiana, ao passo que as empresas industriais do Norte encontraram na guerra uma fonte de lucros colossais, e toda a potencialidade produtiva nacional dirigida para a indústria de guerra se circunscreve cada vez mais ao Piemonte, à Lombardia, à Emília, à Ligúria, fazendo enlanguescer o pouco de vida que existia nas regiões do Sul. (Gramsci, 1987: 63)

A unificação da Itália foi iniciada a partir de meados do século XIX, período em que, segundo Walquíria Leão Rêgo, se passaria a “requerer com crescente força a intervenção decisiva na economia de um complexo ator político – o Estado – até então destinado, pelo discurso liberal, a ocupar um papel secundário nos *negócios do mundo*” (Rêgo, 2001: 42). Além disso, é importante ressaltar que a Itália ingressa na modernidade “esmagada pelo clericalismo, tendo como referência de poder universal a potência do papado e seu séqüito de seguidores”, cujos métodos políticos legitimam “fortemente as mais abjetas formas de dominação” (Rêgo, 2001: 39). Carlos Nelson define o *Risorgimento* como um “processo de transformação que excluiu a participação das forças democráticas e populares no novo bloco de poder”, de forma que, erradicando os “restos feudais”, pudesse promover uma “revolução agrária que integrasse os camponeses na

economia capitalista moderna e os atraísse para a defesa da hegemonia burguesa e democrática” (Coutinho, 1981: 54).

Na medida em que deixou sem solução o problema de uma reforma agrária radical, jacobina, a “revolução pelo alto” do *Risorgimento* gerou a “questão meridional”, que se expressa antes de mais nada na não-integração do mundo camponês sulista nos processos de modernização econômica e política. (Coutinho, 1981: 55)

Sob a égide de um Estado nacional, todas essas desigualdades internas a cada região e entre elas vão configurar singularidades históricas que obriga o pesquisador a repensar e redefinir certas categorias fundamentais – como atesta o trabalho de Walquíria Leão Rêgo (2001) –, em um esforço de adaptação que certamente resulta “em redimensionamentos inovadores para a teoria” (Rêgo, 2001: 37). É na observação minuciosa dessas características do *Risorgimento* que Gramsci irá, paulatinamente, submeter à prova alguns cânones interpretativos cujos resultados prescreviam os caminhos a serem seguidos pelo movimento socialista – nacional e internacionalmente –, e formular novas formas de se compreender o desenvolvimento capitalista retardatário italiano bem como as relações engendradas por ele.

Gramsci, em um *primeiro momento*, segundo Werneck Vianna, admitindo que em situações de capitalismo retardatário, por não haver uma hegemonia burguesa sólida, a conquista do poder por parte dos socialistas poderia ocorrer a um só golpe, reconhecia a similaridade entre o contexto italiano e o russo, numa “perspectiva conceitual do tipo de ‘elo mais fraco’ e vantagens do *atraso*” (Vianna, 1997: 34). Assemelhando o desenvolvimento periférico do capitalismo italiano ao *caso russo*, em seus escritos pré-cárcere, Gramsci mudava,

assim, a geografia política e a estratégia socialista para a Itália: se “a Itália confinava com o Oriente” (Vianna, 1997: 35), isso a credenciava “com condições favoráveis à revolução, a ser buscada por uma classe operária numerosa e influente” (Vianna, 1997: 37), composta por uma aliança entre o proletariado industrial do Norte e o campesinato do Sul – idéia amplamente defendida por Gramsci quando fazia parte do conselho editorial do *L’Ordine Nuovo*.

Admitindo em todo o seu teor a noção de que os protagonistas da revolução comunista, na Itália, são “as cidades industriais com suas massas compactas e homogêneas de operários fabris” (Gramsci, 1987: 74), a aliança com o campesinato representa, nesses seus primeiros escritos, o “interesse em que o capitalismo não renasça economicamente a partir da propriedade fundiária” e que “a Itália meridional e as ilhas não se tornem uma base militar da contra revolução capitalista” (Gramsci, 1987: 77). “Somente com as forças dos operários fabris”, ressalta Gramsci, “a revolução não poderá se afirmar de modo estável e difuso” (Gramsci, 1987: 74). Assim, o desenvolvimento agrário da Itália, “a fim de sair da crise provocada pela guerra”, “impõe a introdução das máquinas, impõe uma rápida passagem para a agricultura industrial centralizada, com a disponibilidade de instituições técnicas ricas de meios” (Gramsci, 1987: 72). A libertação dos camponeses, como se percebe, “aparece nessa formulação como uma consequência da vitória dos operários e não, como irá ocorrer mais tarde, como uma sua componente essencial” (Felice & Parlato, 1987: 17).

No entanto, em sua pesquisa sobre a singularidade do caso italiano, Gramsci “vai acabar por produzir a acumulação de novos conceitos e problemas

que não mais se ajustarão ao paradigma do ‘elo mais fraco’” (Vianna, 1997: 35). O argumento central das *Teses de Lyon* – escritas por Gramsci e Togliatti – era de que “os interesses modernos da indústria” estariam, na Itália, “*solidarizados* com os setores dominantes do mundo agrário, em geral de extração nobiliárquica e parasitária, resultando dessa composição um Estado não-homólogo ao empresariado industrial” (Vianna, 1997: 36). Esse “dilema liberal italiano”, conforme Walquíria Leão Rêgo (2001: 43), “estava inscrito no destino dos povos que chegaram tardiamente ao capitalismo”.

No caso italiano, as promessas emancipatórias do liberalismo, como, por exemplo, a liberação do despotismo religioso e, por conseguinte, a instauração de uma cultura laica, não encontraram no país combatentes de carne e osso. O poderio da Igreja permanecia compacto, quase impenetrável. (Rêgo, 2001: 43)

Gramsci já havia advertido que “em decorrência da tradição italiana determinada e do desenvolvimento determinado da história italiana, a questão camponesa assumiu duas formas típicas e peculiares: a questão meridional e a questão vaticana” (Gramsci, 1987: 139). Felice & Parlato (1987: 22-3) identificam no reconhecimento dessas determinações históricas particulares do caso italiano, em “*Alguns temas da questão meridional*”, um “verdadeiro ponto de inflexão” que não representa “apenas o fruto de uma elaboração teórica, mas de uma experiência política autêntica”. Gramsci, ao assinalar a *questão vaticana*, segundo Carlos Nelson, estaria lançando algumas de suas preocupações centrais: as questões da *hegemonia* e dos *intelectuais*. Pois, se o proletariado almejasse tornar-se classe dirigente, deveria “também dar resposta às questões ideológicas vividas pelos seus aliados potenciais” (Coutinho, 1981: 60) – os camponeses. Caberia ao proletariado “compreender as raízes profundas” que levaram os

camponeses meridionais a encontrar “uma explicação para o mundo na religião católica” para encontrar nessa visão de mundo “os elementos capazes de ser orientados no sentido dos objetivos centrais da transformação social e cultural” da *complexa* sociedade italiana (Coutinho, 1981: 60).

De ora em diante, Gramsci começara a perceber, segundo a análise de Werneck Vianna, que o *atraso* italiano, longe de se apresentar “como vantagem para uma solução revolucionária, na verdade, parecia indicar o oposto, uma vez que era *ali* que se garantiria a reprodução da coalizão reacionária entre industriais do norte e o bloco agrário do sul” (Vianna, 1997: 40). Há “muito claramente”, nesse movimento teórico que Gramsci operará com mais fôlego nos *Quaderni*, “um abandono do marco de análise das *Teses de Lyon*, centralmente dominadas pela idéia de uma revolução próxima e por um ângulo nacional italiano” (Vianna, 1997: 44). “Se o cenário das fábricas de Turim”, analisado em seus escritos do *L’Ordine Nuovo*, “tinha sido o da revolta operária contra a exploração capitalista, o do sul agrário trazia para Gramsci a necessidade de refletir sobre as circunstâncias da servidão voluntária, consensual” (Vianna, 1997: 40).

O “domínio burguês” não estando “dotado de capacidade de universalização”, sobretudo no Sul, significaria que o próprio capitalismo italiano estava assentado “sobre uma arquitetura superestrutural desequilibrada, nisso que deveria ser a expressão da sua monstruosa deformidade, ao solidarizar, sob um único sistema de dominação, o norte industrial ao sul agrário e retardatário” (Vianna, 1997: 36).

O Sul da Itália pode ser definido como uma grande desagregação social. Os camponeses, que constituem a grande maioria da sua população, não têm nenhuma coesão entre si. [...] A sociedade meridional é um grande bloco agrário constituído por três estratos sociais: a grande massa camponesa, amorfa e desagregada; os intelectuais da pequena e média burguesia rural e, por fim, os grandes proprietários de terra e os grandes intelectuais. (Gramsci, 1987: 154)

O ponto mais importante dessa análise gramsciana da questão meridional é o reconhecimento, “no centro da sua análise”, do “tema dos intelectuais e o significado que ele assume na problemática meridionalista” (Felice & Parlato, 1987: 36). Para Gramsci (1987: 157), o “camponês meridional está ligado ao grande proprietário de terras por meio do intelectual”, de forma que este último representa o “ponto de sutura entre estrutura e superestrutura” (Felice & Parlato, 1987: 37). Se o capitalismo retardatário italiano possuía uma particularidade – identificada por Gramsci em seus escritos anteriores – que o assemelhava ao *caso russo* “pela perspectiva do ‘elo mais fraco’ e da ‘vantagem do atraso’”, esse mesmo capitalismo retardatário fez Gramsci perceber – em uma situação especificamente europeia – que “os setores subalternos, principalmente no campo, por meio da mediação de estratos intermediários, mantinham vínculos político-sociais com as classes dominantes, estando sob sua influência, interditando ao proletariado um acesso direto ao campesinato” (Vianna, 1997: 37).

Gramsci descreve genericamente – ainda em “*Alguns temas da questão meridional*” – dois tipos de intelectual: 1) “nas sociedades em que as forças econômicas se desenvolveram em sentido capitalista”, a indústria produziu o “organizador técnico, o especialista da ciência aplicada” cujas características são a “ordem e [a] disciplina intelectual”; 2) “nos lugares onde a agricultura exerce ainda um papel notável ou mesmo predominante, continua prevalecendo o velho

tipo [de intelectual], que fornece a maior parte do pessoal estatal e exerce também localmente [...] a função de intermediário entre o camponês e a administração em geral” como ocorre, completa Gramsci, na Itália meridional (Gramsci, 1987: 155). Os intelectuais meridionais advêm basicamente da *burguesia rural* ou do *clero* – no primeiro caso trata-se do “pequeno e médio proprietário de terras que não é camponês, que não trabalha com a terra” e que possui uma “áspera aversão pelo camponês trabalhador”; e, no segundo caso, trata-se do “padre”, que ao camponês meridional aparece:

1) como um administrador de terras com o qual o camponês entra em conflito pela questão dos aluguéis; 2) como um usurário que cobra elevadíssimas taxas de juros e faz intervir o elemento religioso para arrecadar com segurança o aluguel e a usura; 3) como um homem submetido às paixões comuns (mulheres e dinheiro) e que, portanto, não oferece espiritualmente confiança quanto à discrição e à imparcialidade. (Gramsci, 1987: 156-7)

A função social dos intelectuais meridionais foi “impedir que as rachaduras do bloco agrário se tornassem muito perigosas e provocassem um desmoronamento” (Gramsci, 1987: 160), resguardando, pois, o capitalismo setentrional e os grandes bancos, conservando o *status quo* (Gramsci, 1987: 158). Percebe-se que os intelectuais, neste momento da reflexão gramsciana – “e com eles o tema da cultura e do papel da subjetividade na ‘sustentação das velhas estruturas de poder’” – “estão referidos ao paradigma do ‘atraso’” (Vianna, 1997: 33). Contudo, já está delineada aqui a idéia, posteriormente desenvolvida nos *Quaderni*, de que “uma estrutura fraca pode se achar revestida por uma complexa armadura supra-estrutural” (Vianna, 1997: 57), o que significaria dizer, em outras palavras, que em formações de capitalismo retardatário

a falta de vigor das estruturas econômicas seria compensada pela arduosa e complexa malha urdida pelo “sistema social democrático-burocrático” que conteria os personagens do mundo da produção na busca do seu processo de autonomização social e política. (Vianna, 1997: 59)

A *primeira fase* do pensamento de Gramsci, em sua atuação política frente ao PSI e na redação do semanário *L'Ordine Nuovo*, encontram-se outras concepções que, apesar de aos poucos irem mudando, ainda assim serão importantes para os escritos dos *Quaderni*. Contraditoriamente em relação a seus escritos posteriores, Gramsci identifica a *fábrica* como o *território nacional da classe operária*. Seria através dos *conselhos de fábrica* – e, pois, da representação no âmbito da produção – que se produziria, para Gramsci, uma nova ética, a ética do Estado socialista, e não através do *partido político* ou dos *sindicatos*, os quais defendem posições corporativas (e não universais). Nesse momento, “Gramsci parece supor”, de certo modo, “que o controle das forças produtivas dispensa (ou determina automaticamente) a direção e a dominação sobre as relações sociais de produção e reprodução” (Coutinho, 1981: 32).

Apesar de ser nesse período do *L'Ordine Nuovo* que Gramsci assimila importantes pontos do leninismo – como a centralidade do Estado para o processo da revolução socialista e “a necessidade de construir [...] um partido efetivamente comunista e revolucionário, capaz de dirigir o conjunto da classe operária e de seus aliados” (Coutinho, 1981: 35-36) –, percebe-se ainda a ênfase atribuída aos *conselhos de fábrica* em ‘detrimento’ dos *partidos* e dos *sindicatos*. Como subsídio histórico para se compreender essa posição de Gramsci vale recordar suas divergências com relação às orientações *maximalistas* do PSI e com o reformismo sindical (Coutinho, 1981). De qualquer forma, sua preocupação em pensar a

totalidade das relações sociais através da *produção da vida material* (os *conselhos*) estará presente nos *Quaderni*, em sua análise da *segunda revolução passiva italiana* – o *fascismo-americanismo-fordismo*. Também é importante perceber que ainda nessa primeira fase encontra-se em esboço a concepção de que a conquista do *Estado socialista* passa por uma disputa também *fora* do Estado, ou seja, pelos “aparelhos privados de hegemonia”.

2.2 A modernidade e o americanismo

No segundo momento de sua reflexão, Gramsci passou a perceber que o capitalismo retardatário italiano promoveu uma modernização capitalista à base de uma coalizão política conservadora, cujas forças sociais formaram um bloco histórico para a instauração de uma nova ordem sem, no entanto, romper absolutamente com a antiga. Daí o sentido da expressão *revolução sem revolução*. Observou-se, com o *Risorgimento*, uma mudança efetiva, mas a antiga elite aristocrática ainda manteve seu poder econômico, seu prestígio social e alguns de seus privilégios.

Na realidade, a grande propriedade agrária se manteve fora da livre concorrência: e o Estado moderno respeitou sua essência feudal, excogitando fórmulas jurídicas, como a do fideicomisso, que conservam de fato as investidas e os privilégios feudais. (Gramsci, 1987: 69-70)

Processos de *revolução passiva* conservam, sobretudo, uma parte considerável das *superestruturas*, cuja primazia sobre a estrutura, “na transição à ordem burguesa, explicaria o conservantismo europeu, a oposição do público sobre o privado, bloqueando a livre expressão das classes produtivas no sistema das agências privadas de hegemonia” (Vianna, 1997: 50). É importante observar – como adverte Werneck Vianna – que “a revolução passiva difere da contra-revolução”: a tônica da *revolução passiva* é a *mudança*, apesar da *conservação* de elementos da antiga ordem. E o equilíbrio que se estabelece entre o antigo e o novo é configurado em cada situação nacional de acordo com a correlação de

forças entre os atores sociais. Daí a afirmação de que na “revolução passiva se manifeste, a um tempo, negatividade e positividade” (Vianna, 1997: 77).

No contexto da revolução passiva que o papel dos intelectuais seria fundamental; na verdade, o “protagonismo dos intelectuais no interior do Estado [...] seria o melhor indicador de um Estado que amplia e intensifica seu domínio por meio de uma invasão persuasiva da sociedade civil, modelando – e contendo – a estrutura” (Vianna, 1997: 50-1). Assim, em uma articulação entre estrutura e supra-estrutura própria de países de capitalismo retardatário, a “fraqueza da sua estrutura econômica” era “compensada por uma rica e complexa rede supra-estrutural”, nas quais “os intelectuais seriam estratégicos” (Vianna, 1997: 52).

O *atraso* da formação da Itália enquanto Estado-nação, em relação a outros países da Europa, não promoveu *saltos* em seu desenvolvimento, mas transformações moleculares, ao contrário do modelo paradigmático francês (Vianna, 1997: 53). Na verdade, quando se trata de interpretar os momentos de modernização burguesa, principalmente nas sociedades de capitalismo retardatário, mas também na maioria das sociedades de capitalismo avançado, o *modelo francês* assemelhar-se-ia mais a uma *exceção* do que à *regra*.

A revolução passiva, antes um processo referido a formações nacionais com precisa contextualização histórica, ter-se-ia convertido no único processo a ter vigência universal, comprometendo, por meio de automatismos inscritos no coração das instituições de reprodução social, a mudança com a conservação. (Vianna: 1997: 29)

Nas revoluções passivas de países de *capitalismo retardatário*, todas as relações supra-estruturais tornam-se mais complexas, inclusive o fenômeno estatal: O Estado moderno não assume transparentemente suas feições

modernas, ou seja, burguesas, assim como a política também não corresponde exatamente ao corpo doutrinário liberal. No entanto, mesmo nos casos de *capitalismo desenvolvido*, em que a burguesia assume nitidamente o poder do Estado, as relações supra-estruturais parecem não se tornar menos complexas. Dessa forma, “o sufrágio universal, a democracia representativa, a criação dos partidos operários de massa, campo novo para as lutas de classes, imporiam ao Estado moderno, distante de uma simplificação e do barateamento dos seus custos, no sentido de melhor servir a reprodução ampliada do capital, uma construção tão complexa quanto aquelas que prevaleciam em situações retardatárias” (Vianna, 1997: 59).

Gramsci observou, segundo Werneck Vianna, dois ciclos de revolução passiva que a Itália sofreu em sua *transição* para o *moderno*: o primeiro foi o *Risorgimento*, que Gramsci analisou já conhecendo previamente seu desfecho negativo e, “nesse caso, seu interesse é analítico e orientado para uma explicação paradigmática” (Vianna, 1997: 71); o segundo ciclo de revolução passiva foi o fascismo, uma tentativa de *americanização da Europa*, que não importou “de imediato a racionalização de suas supra-estruturas e da sua forma de Estado, mas [promoveu] uma transição, em que, por meio de transformações moleculares, mantidas sob o controle pela coerção política, se realizaria a modernização do capitalismo” (Vianna, 1997: 63). No caso do desenvolvimento do americanismo, a intenção de Gramsci é “prospectiva e voltada para o agir” (Vianna, 1997: 71), buscando na nova estrutura americana-fordista “os novos sujeitos e valores, originários do processo fabril, [que] devem se manifestar externamente em termos

ético-políticos, reorganizando a trama privada da sociedade civil” (Vianna, 1997: 63).

Gramsci, em um dos momentos de *superação dialética* dos clássicos, amplia o conceito de Estado que, na modernidade, se afirma com novas determinações. O Estado moderno, em sentido amplo, “comporta duas esferas principais: a *sociedade política* (que Gramsci também chama de ‘Estado em sentido estrito’ ou de ‘Estado-coerção’) [...] e a *sociedade civil*” (Coutinho, 1981: 91). A sociedade política teria sido mais amplamente estudada pelos clássicos (Marx, Engels, Lênin), uma vez que seus contextos históricos destacavam o aspecto repressivo do Estado burguês e não os permitiram ver a *nova configuração do capitalismo recente*. Gramsci, todavia,

trabalha numa época e num âmbito geográfico nos quais já se generalizou uma maior complexidade do fenômeno estatal: ele pôde assim ver que, com a intensificação dos processos de socialização da participação política, que tomam corpo nos países “ocidentais” sobretudo a partir do último terço do século XIX (formação de grandes sindicatos, de partidos de massa, conquista do sufrágio universal, etc.), surge uma esfera social nova, dotada de leis e de funções relativamente autônomas e específicas, tanto em face do mundo econômico quanto dos aparelhos repressivos do Estado. (Coutinho, 1981: 89-90)

Não está, pois, na *sociedade política* a *tônica* do pensamento gramsciano, mas no de *sociedade civil*, formada precisamente pelo elemento *moderno*, ou seja, “pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa), etc” (Coutinho, 1981: 91). Importante registrar, sobre esta temática, que a “esfera

ideológica, nas sociedades capitalistas avançadas, mais complexas, ganhou uma autonomia *material* (e não só funcional) em relação ao Estado em sentido restrito” de forma que se torna necessário nesse novo contexto a conquista do “consenso ativo e organizado como base para a dominação” (Coutinho, 1981: 92). Note-se que o consenso ativo se localiza nos aparelhos *privados* de hegemonia, garantindo uma certa independência da *sociedade civil* face à *sociedade política*.

E é essa independência material – ao mesmo tempo base e resultado da autonomia relativa assumida agora pela figura social da hegemonia – que funda ontologicamente a sociedade civil como uma esfera própria, dotada de legalidade própria, e que funciona como mediação necessária entre a estrutura econômica e o Estado-coerção. (Coutinho, 1981: 93)

Considerando, assim, que o Estado se *ampliou* gerando uma esfera distinta do *monopólio legítimo da violência* ou da *coerção* – a sociedade civil –, a classe que pretender tornar-se dominante terá também de ser dirigente e delinear uma estratégia que perpassasse essa nova configuração da dominação política. Essa estratégia de conquista do poder no Ocidente requer que o proletariado forme uma classe de intelectuais orgânicos; como classe, entretanto, ele “é pobre em elementos organizativos, não tem e nem podem formar um estrato próprio de intelectuais a não ser muito lentamente, muito arduamente e *apenas depois da conquista do poder estatal*” [grifos nossos] (Gramsci, 1987: 165).

2.2.1 Os intelectuais e a modernidade

Para Gramsci, “todo grupo social [...] cria para si [...], organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência

da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político” (Gramsci, 2000, V2: 15). Os intelectuais não são reconhecidos como grupo pelo desempenho estrito de atividades *intelectivas*, mas pelo “conjunto de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram no conjunto geral das relações sociais” (Gramsci, 2000, V2: 18). Sua atuação não se dá efetivamente no mundo da produção, mas no “conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os ‘funcionários’” (Gramsci, 2000, V2: 20). Os dois principais planos superestruturais a que Gramsci se refere são o da “sociedade civil” e o da “sociedade política ou Estado” (Gramsci, 2000, V2: 20-1). Neles, a função desempenhada pelos intelectuais é a de garantir a hegemonia de um grupo social, normalmente a dos grupos dominantes.

O aumento da complexidade da vida moderna gerou a necessidade da escolarização especializada e assim, segundo Gramsci, a necessidade de se criar, na civilização moderna, escolas específicas para cada ramo de atividade. No campo da política, a *especialização* é perceptível até mesmo nos órgãos representativos como os Parlamentos, que tendem continuamente a “diferenciar sua atividade em dois aspectos ‘orgânicos’: o deliberativo, que lhes é essencial, e o técnico-cultural, onde as questões sobre as quais é preciso tomar decisões são inicialmente examinadas por especialistas e analisadas cientificamente” (Gramsci, 2000, V2: 34). É através deste mecanismo que a burocracia, segundo Gramsci, acaba controlando os Parlamentos e, por extensão, os regimes democráticos. No entanto, tratando-se de um

desenvolvimento orgânico *necessário* [grifos nossos], que tende a integrar o pessoal especializado na técnica política com o pessoal especializado nas questões concretas de administração das atividades práticas das grandes e complexas sociedades nacionais modernas, toda tentativa de exorcizar a partir de fora estas tendências não produz como resultado mais do que pregações moralistas e gemidos retóricos. (Gramsci, 2000, V2: 34)

É imperativo, àqueles que pretendem se tornar classe hegemônica na sociedade, “uma luta rigorosa contra os hábitos do diletantismo, da improvisação, das soluções ‘oratórias’ e declamatórias” (Gramsci, 2000, V2: 35) e a nova exigência que se coloca é a de

modificar a preparação do pessoal técnico político, complementando sua cultura de acordo com as novas necessidades, e de elaborar novos tipos de funcionários especializados, que integrem de forma colegiada a atividade deliberativa. (Gramsci, 2000, V2: 34)

Resultado da sociedade de massas e da industrialização, os *intelectuais modernos* estão ligados às suas vicissitudes: são os *técnicos de fábrica* – “que não exercem nenhuma função política sobre suas massas instrumentais, ou, pelo menos, é esta uma fase superada” (Gramsci, 2000, V2: 23) –, cuja “educação técnica, estreitamente ligada ao trabalho industrial, mesmo ao mais primitivo e desqualificado, deve constituir a base do *novo tipo* de intelectual” [grifos nossos] (Gramsci, 2000, V2: 53). Para que os *técnicos* tornem-se o *novo intelectual* e cheguem às mais altas especializações, será necessário, segundo Gramsci, superar enormes dificuldades, elaborando

criticamente a atividade intelectual que cada um possui em determinado grau de desenvolvimento, modificando sua relação com o esforço muscular-nervoso no sentido de um novo equilíbrio e fazendo com que o próprio esforço muscular-nervoso, enquanto elemento de uma atividade prática geral, que inova perpetuamente o mundo físico e social, torne-se o fundamento de uma *nova e integral concepção do mundo* [grifos nossos]. (Gramsci, 2000, V2: 53)

Assim, o *novo intelectual*, o *intelectual orgânico*, deve ter uma “inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, ‘persuasor permanente’, já que não apenas orador puro – mas superior ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, chega à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual permanece ‘especialista’ e não se torna ‘dirigente’ (especialista + político)” (Gramsci, 2000, V2: 53). Afinal, já que a tendência da democracia política moderna, “ainda que abstratamente”, é “fazer coincidir governantes e governados (no sentido de governo com o consentimento dos governados)”, é importante que os novos *sujeitos sociais* obtenham o aprendizado “das capacidades e da preparação técnica geral necessárias a essa finalidade” (Gramsci, 2000, V2: 50).

Cabe aos partidos políticos, nesse contexto, fundamentalmente,

elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como “econômico”, até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento de uma sociedade integral, civil e política [...]. (Gramsci, 2000, V2: 24)

A respeito dos *partidos políticos*, é significativo que Gramsci identifique, em seus escritos sobre Maquiavel, que, nas sociedades modernas, o *Príncipe* seja encarnado não por apenas um indivíduo, mas por um *organismo* que “já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais” (Gramsci, 2000, V3: 16). A tarefa desse “moderno Príncipe”, segundo as palavras de Carlos Nelson,

consiste em superar inteiramente os resíduos corporativos (os momentos “egoísticos-passionais”) da classe operária e contribuir para a formação de uma *vontade coletiva nacional-popular*, ou seja, de um grau de consciência capaz de permitir uma iniciativa política que englobe a

totalidade dos estratos sociais de uma nação, capaz de incidir sobre a universalidade diferenciada do conjunto das relações sociais. (Coutinho, 1981: 118)

A construção dessa *vontade coletiva* que permita uma *iniciativa política* evidencia “o papel de *síntese*, de *mediação*, que o partido assume, não apenas em função dos vários organismos da classe operária (sindicatos, etc.), mas também em função dos vários institutos das demais classes subalternas”, conformando e articulando, assim, um novo “bloco histórico” (Coutinho, 1981: 120). Desenvolver essa *vontade coletiva nacional-popular*, significa dizer que o “moderno Príncipe deve e não pode deixar de ser o anunciador e o organizador de uma *reforma intelectual e moral*” [grifos nossos] para a “realização de uma forma superior e total de civilização moderna” – o comunismo (Gramsci, 2000, V3: 18). A *reforma intelectual e moral*, ocupando um lugar decisivo na reflexão gramsciana, “vai determinar o destacado papel que ele atribui aos intelectuais na formação e na construção do partido político” (Coutinho, 1981: 122).

A estrutura democrático-burocrática moderna em que irão atuar o *partido* e seus *intelectuais orgânicos* tem como características fundamentais *hierarquia* e *centralização*, sobre as quais não bastam *pregações moralistas* e *gemidos retóricos*. O que importa é notar, nessa *nova estrutura*, segundo Gramsci, que o *centralismo* pode assumir dois significados de acordo com seu conteúdo social e histórico. Ele pode ser “orgânico e democrático” se promover uma “contínua adequação da organização ao movimento real, um modo de equilibrar os impulsos a partir de baixo com o comando pelo alto, uma contínua inserção dos elementos que brotam do mais fundo da massa na sólida moldura do aparelho de

direção, que assegura a continuidade e a acumulação regular das experiências” (Gramsci, 2000, V3: 91). Ou pode ser precisamente “burocrático” se representar apenas uma unidade sob aspectos institucionais. O ponto de vista burocrático encobre muitas vezes as situações reais, como é o caso – de acordo com o exemplo de Gramsci – das “fórmulas de unidade e federação” que, da perspectiva burocrática, podem representar uma situação em que não exista, de fato, unidade, “mas pântano, superficialmente calmo e ‘mudo’, e não federação mas ‘saco de batatas’, isto é, justaposição mecânica de ‘unidades’ singulares sem conexão entre si” (Gramsci, 2000, V3: 92).

O centralismo orgânico é justamente “orgânico” porque “leva em conta o movimento, que é o modo orgânico de revelação da realidade histórica, e não enrijece mecanicamente na burocracia” (Gramsci, 2000, V3: 91). Esse centralismo apresenta também um aspecto de “relativamente estável e permanente ou que, pelo menos, move-se numa direção fácil de prever” (Gramsci, 2000, V3: 91). Do ponto de vista dinâmico, o centralismo orgânico procura dar conta do movimento histórico real, das correlações de forças políticas; no que diz respeito ao seu aspecto estável, ele propicia a ação política organizada, possibilitando e assegurando a hegemonia de grupos sociais.

Adverte Gramsci que, apesar do conceito de centralismo democrático representar uma “fórmula elástica, que se presta às mais variadas interpretações”, ele é metodologicamente útil na medida em que é adaptado às necessidades.

O centralismo democrático [...] consiste na pesquisa crítica do que é igual na aparente diversidade e, ao contrário, é diverso até mesmo oposto na aparente uniformidade, para organizar e conectar estritamente o que é semelhante, mas de modo que a organização e a conexão surjam como

uma necessidade prática e “indutiva”, experimental, e não como o resultado de um processo racionalista, dedutivo, abstrato, ou seja, próprio dos intelectuais puros (ou puros asnos). (Gramsci, 2000, V3: 92)

Gramsci estaria convencido, assim, que o proletariado, “para se tornar ‘classe dirigente’, para triunfar naquela estratégia mais complexa e de longo alcance”, deveria exercer uma *direção orgânica* “sobre o conjunto das forças sociais que, por essa ou aquela razão, desse ou daquele modo, se opõem ao capitalismo”, não apenas sobre a produção econômica como também sobre a esfera “político-cultural” (Coutinho, 1981: 53). Somente reconhecendo os mecanismos de reprodução global do capitalismo italiano – que, “no caso da Itália, passa necessariamente pela ‘questão meridional’” – e, assim, conhecendo o “efetivo território *nacional* sobre o qual atua” (Coutinho, 1981: 53), é que o proletariado italiano poderia transformar sua formação econômico-social. Dessa forma, o que se requer dos *novos sujeitos sociais* no terreno do *regime parlamentar moderno* – no exercício *normal* da hegemonia – é uma combinação equilibrada da *força* e do *consenso*, “sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos de opinião pública – jornais e associações” (Gramsci, 2000, V3: 95).

Existem, no entanto, situações em que a hegemonia de um grupo é ameaçada por uma situação de *crise*, em que “as forças em luta se equilibram de modo catastrófico, [...] de tal forma que a continuação da luta só pode terminar com a destruição recíproca” (Gramsci, 2000, V3: 76). Esses casos de “perigo iminente” requerem um procedimento rápido; e quando esse “grande perigo [...]”

cria precisamente, de modo fulminante, o fogo das paixões e do fanatismo, aniquilando o senso crítico” (Gramsci, 2000, V3: 16), a possibilidade de sobrevivência dessas forças se dá através de “uma solução ‘arbitral’, confiada a uma grande personalidade” (Gramsci, 2000, V3: 76), a um verdadeiro *líder carismático*.

2.3 Cesarismo e carisma

Esta abordagem ora apresentada sobre o tema do carisma está fundamentada, em grande medida, à crítica que Gramsci elabora à “casuística proposta por Michels e mais especificamente ao papel carismático de Mussolini” (Felice, 1978: 223). Além disso, a *modernidade* colocou problemas que modificaram o aspecto do fenômeno cesarista, especificamente em função do surgimento das *massas* – aos *partidos de massa* e ao deslocamento do exercício da política do aspecto de *dominação* (coerção) ao de *direção* (hegemonia). E, na medida em que essa nova configuração do fenômeno político se efetiva nos quadros burocráticos e parlamentares, o cesarismo moderno tende a conformar duas forças opostas sem que a luta se efetive por meios militares, expressando, assim, uma situação de revolução passiva.

No mundo moderno, geralmente o elemento carisma está presente no período de formação dos partidos de massa, ele coincide “com a fase em que a doutrina se apresenta às massas como algo nebuloso e incoerente, que necessita de um papa infalível para ser interpretada e adaptada às circunstâncias” (Gramsci, 2000, V3: 163). O partido, nessa situação, ainda está se desenvolvendo com base em “ideologias incoerentes e confusas, que se nutrem de sentimentos e emoções que ainda não alcançaram o ponto terminal de dissolução” (Gramsci, 2000, V3: 163). É certo que os *partidos carismáticos* possuem uma certa “vantagem” sobre os partidos baseados em programas definidos no que diz

respeito ao estímulo à participação de seus membros, contudo sua duração é efêmera. Isso ocorre porque a “vida dos partidos carismáticos freqüentemente é regulada pela duração de seu impulso e de seu entusiasmo, que muitas vezes fornecem uma base bastante frágil” (Gramsci, 2000, V3: 164). *Lideranças carismáticas* aparecem normalmente em situações de “anarquia permanente”, nas quais algumas personalidades expressam interesses de um grande número de descontentes e representam a “ordem” e, em torno delas “se agrupam os ‘amedrontados’” (Gramsci, 2000, V3: 164).

Dessa forma, histórica e efetivamente a existência de *partidos carismáticos* é esporádica e a paixão que os move, sendo uma “condição de orgasmo e de espasmo”, determina uma incapacidade para a ação concentrada (Gramsci, 2000, V3: 25). Além disso, os partidos carismáticos necessitam também de uma certa organização para um plano de ação, um programa genérico mínimo que procure dar uma cobertura política a uma situação que geralmente

não atravessa uma verdadeira crise constitucional, mas só uma crise provocada pelo número excessivo de descontentes, difíceis de serem controlados em virtude de sua quantidade e da simultânea, mas mecanicamente simultânea, manifestação de descontentamento em toda a área da nação. (Gramsci, 2000, V3: 165)

Por isso, as ações políticas de natureza carismática – que Gramsci qualifica de *cesaristas* –, geralmente não são “amplas” (do ponto de vista histórico) e de “caráter orgânico” – são “quase sempre do tipo restauração e reorganização” (Gramsci, 2000, V3: 16). Normalmente uma ação imediata dessas

será de tipo “defensivo” e não criativo original, ou seja, no qual se supõe que uma vontade coletiva já existente tenha se enfraquecido, dispersado, sofrido um colapso perigoso e ameaçador, mas não decisivo e

catastrófico, sendo assim necessário reconcentrá-la e fortalecê-la [...].(Gramsci, 2000, V3: 16)

No entanto, segundo as forças políticas em questão, essas ações políticas podem variar seu significado histórico, caracterizando, segundo Gramsci, cesarismos *progressistas* ou *regressivos* e *qualitativos* ou *quantitativos*.

Para ser progressista, a intervenção cesarista deve ajudar “a força progressista a triunfar, ainda que com certos compromissos e acomodações que limitam a vitória” (Gramsci, 2000, V3: 76), como foi o caso da Revolução Francesa em relação ao Estado feudal, que quebrou “todos os poderes independentes – locais, territoriais, urbanos e provinciais –, a fim de estabelecer a unificação civil da nação” (Marx, 1987: 135). Para tanto, Napoleão I teve que “desenvolver o que a monarquia absoluta começara: a centralização, mas ao mesmo tempo e extensão, os atributos e os agentes do poder governamental” (Marx, 1987: 135). O desenvolvimento da burocracia estatal teria sido “apenas o meio de preparar a dominação de classe da burguesia” (Marx, 1987: 135).

A centralização do poder em Napoleão foi um pressuposto da criação, na França, das “condições [...] sob as quais se pôde desenvolver a livre concorrência, explorar a propriedade territorial dividida e utilizar as forças produtivas industriais da nação que tinham sido libertadas”, instaurando a “moderna sociedade *burguesa*” (Marx, 1987: 17). A transformação da ordem feudal em burguesa necessitou, não obstante, de “heroísmo, sacrifício, terror, guerra civil e batalha de povos para torná-la uma realidade” (Marx, 1987: 17).

Assim, o cesarismo de Napoleão I – como o de César – possui, para Gramsci, um caráter *quantitativo-qualitativo* por ter representado uma “fase histórica de passagem de um tipo de Estado para outro, uma passagem em que as inovações foram tantas e de tal ordem que representaram uma transformação completa” (Gramsci, 2000, V3: 79) – do Estado feudal para o burguês. Mesmo a utilização de *trajes romanos e frases romanas* não significou para a Revolução Francesa de 1789 uma paródia das lutas do passado, mas teve a função “de engrandecer na imaginação a tarefa de cumprir”, “de encontrar novamente o espírito da revolução” (Marx, 1987: 17).

O cesarismo é considerado regressivo, naturalmente, quando sua intervenção ajudar “a força regressiva a triunfar, também neste caso com certos compromissos e limitações, os quais, no entanto, têm um valor, um alcance e um significado diversos daqueles do caso anterior” (Gramsci, 2000, V3: 76).

Trata-se de ver se, na dialética revolução-restauração, é o elemento revolução ou o elemento restauração que predomina, já que é certo que, no movimento histórico, jamais se volta atrás e não existem restaurações *in toto*. (Gramsci, 2000, V3: 76-7)

Dessa forma, o cesarismo de Napoleão III “foi só e limitadamente quantitativo: não houve a passagem de um tipo de Estado para outro, mas só ‘evolução’ dentro do mesmo tipo, segundo uma linha ininterrupta” (Gramsci, 2000, V3: 79). O resultado do período de fevereiro de 1848 a dezembro de 1851 significou um processo que culminou no “despotismo ilimitado de uma classe sobre outras” (Marx, 1987: 27). A sociedade não conquistou um novo conteúdo no decorrer desse processo, mas foi o Estado que voltou “à sua forma mais antiga, à dominação desavergonhadamente simples do sabre e a sotaina” (Marx, 1987: 19).

Esse período representou apenas um “estremecimento de superfície” (Marx, 1987: 19), sem projetar, por assim dizer, um conteúdo social diverso daquele anterior a fevereiro de 1848.

[...] em sua luta *contra* [grifos nossos] a revolução a república parlamentar viu-se obrigada a consolidar, juntamente com as medidas repressivas, os recursos e a centralização do poder de governo. Todas as revoluções aperfeiçoaram essa máquina, ao invés de destruí-la. Os partidos que se empenhavam na disputa do poder encaravam a posse dessa imensa estrutura do Estado como o principal espólio do vencedor. (Marx, 1987: 135)

Foi assim que a França viu a consolidação e a autonomia do Estado escapar das mãos de apenas uma classe para “cair sob o despotismo de um indivíduo, e, o que é ainda pior, sob a autoridade de um indivíduo sem autoridade” (Marx, 1987: 134). E a queda da república parlamentar a 2 de dezembro de 1851 encerrou “em si o germe da vitória da revolução proletária, [e] seu resultado palpável e imediato foi *a vitória de Bonaparte sobre o parlamento, do poder executivo sobre o poder legislativo, da força sem frases sobre a força das frases*” (Marx, 1987: 133-4).

Aproveitando-se das *idéias napoleônicas* – “*idéias da pequena propriedade, incipiente, no frescor da juventude*” (Marx, 1987: 144) – Louis Phillipe reproduziu caricaturalmente as ações de Napoleão, que fizeram sentido durante a primeira Revolução Francesa mas que para a “pequena propriedade na fase de velhice constituem um absurdo” (Marx, 1987: 144): a) centralizou os poderes e criou uma burocracia própria para o exercício do poder (*uma casta artificial corrupta cujo objetivo era unicamente a manutenção do regime*); b) teve por base o campesinato (*incapaz de fazer valer seus interesses*) e a pequena propriedade

(da qual se poderia extrair apenas juro); c) utilizou padres como instrumento de governo (em uma sociedade irreligiosa); d) organizou o exército (composto pelo *lumpen-proletariado*). Tudo isso torna transparente o que Gramsci denomina de caráter *regressivo* do *cesarismo* – ou *bonapartismo* – de Louis Phillipe, constatando, pois que ele representou “não o seu futuro, mas o seu passado” (Marx, 1987: 138).

Do ponto de vista teórico, independentemente a quais desses tipos de cesarismo nos referimos, Gramsci aponta para o fato de que “o significado exato de cada forma de cesarismo só pode ser reconstruído a partir da história concreta e não de um esquema sociológico”, representando, pois, “uma fórmula polêmico-ideológica e não um cânone de interpretação histórica” (Gramsci, 2000, V3: 77). Além disso, é importante ressaltar que não é absolutamente necessária a existência de uma grande personalidade carismática para se caracterizar uma *solução cesarista*. Afinal, para Gramsci, “pode ocorrer uma solução cesarista mesmo sem um César, sem uma grande personalidade ‘heróica’ e representativa” (Gramsci, 2000, V3: 77).

Nas sociedades modernas, “após a expansão do parlamentarismo, do regime associativo sindical e partidário, da formação de vastas burocracias estatais e ‘privadas’ (político-privadas, partidárias e sindicais)” (Gramsci, 2000, V3: 78), as situações de impasse são resolvidas de formas diversas em relação aos períodos antigos. Enquanto nos tempos anteriores, sobretudo, ao surgimento do sistema parlamentar “as forças militares ou de carreira constituíam um elemento decisivo para o advento do cesarismo, que se verificava através de golpes de

Estado bem claros, de ações militares”, no mundo moderno “as forças sindicais e políticas, com meios financeiros incalculáveis de que podem dispor pequenos grupos de cidadãos, complicam o problema” (Gramsci, 2000, V3: 77).

A mesma transformação deve ocorrer na arte e na ciência política, pelo menos no que se refere aos Estados mais avançados, onde a “sociedade civil” tornou-se uma estrutura muito mais complexa e resistente às “irrupções” catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc.); as superestruturas da sociedade civil são como o sistema de trincheiras na guerra moderna. [...] Trata-se, portanto, de estudar com “profundidade” quais são os elementos da sociedade civil que correspondem aos sistemas de defesa na guerra de posição. (Gramsci, 2000, V3: 73)

O fenômeno cesarista se dá, pois, no mundo moderno, através de “grandes coalizões de caráter econômico-sindical e político-partidário” (Gramsci, 2000, V3: 77). Afinal, para Gramsci, o regime parlamentar “aperfeiçoou” a fórmula da revolução permanente ao âmbito jurídico-institucional desenvolvendo a “hegemonia permanente da classe urbana sobre a população” e deixando a organização do consenso à iniciativa privada (Gramsci, 2000, V3: 93). O elemento militar, dessa forma, talvez só faça sentido em situações de exceção, nas quais, de fato, além de um equilíbrio de forças, não haja possibilidade de consenso. Em situações *normais* de impasse – que outrora seria solucionado pela intervenção militar – a solução cesarista se dá nos quadros parlamentares e burocráticos. Os partidos políticos, assim como outras organizações econômicas, nesse contexto, “devem ser considerados organismos de polícia política, de caráter investigativo e preventivo” (Gramsci, 2000, V3: 78).

Com isso, Gramsci afirma existirem na realidade diversos “graus” de cesarismo – desde aquele clássico, de caráter militar e com apenas uma grande personalidade no exercício do poder, até os governos de coalizão. Pois

o sistema parlamentar [também] criou um mecanismo para tais soluções de compromisso. [...] Todo governo de coalizão é um grau inicial de cesarismo, que pode ou não se desenvolver até graus mais significativos (naturalmente, a opinião vulgar é a de que, ao contrário, governos de coalizão constituem o mais “sólido baluarte” contra o cesarismo). (Gramsci, 2000, V3: 77)

Quando a solução da crise não se dá através da coalizão ou unificação das forças – ou seja, quando a crise não encontra uma *solução orgânica* “mas sim a do chefe carismático” –, isto significa se estabeleceu um “equilíbrio estático” em que “nenhum grupo, nem o conservador nem o progressista, dispõe da força necessária para vencer e que até o grupo conservador tem necessidade de um senhor” (Gramsci, 2000, V3: 61). É importante registrar aqui que as crises revolucionárias no “Ocidente”, ou nas regiões que se “ocidentalizaram”, “não se manifestam imediatamente como resultado de crises econômicas, mesmo aparentemente catastróficas” (Coutinho, 1981: 107), e requerem soluções orgânicas e não *bonapartistas*, exceto, como estamos tentando mostrar, nas situações de “perigo iminente” em que um líder é evocado para restaurar ou organizar a antiga ordem (Gramsci, 2000, V3: 16). A estratégia de luta adequada ao novo contexto moderno, prescindindo do “assalto revolucionário ao poder” (Coutinho, 1981: 107), reside precisamente na luta pela conquista da hegemonia, da direção política ou do consenso (Coutinho, 1981: 105).

A teoria “ampliada” do Estado permitiu a Gramsci perceber a “diferença estrutural que existe entre, por um lado, as formações sociais do ‘Oriente’ (entre

as quais se inclui a da Rússia czarista), caracterizadas pela debilidade da sociedade civil em contraste com o domínio quase absoluto do Estado-coerção; e, por outro, as formações sociais do 'Ocidente', onde se dá uma relação mais equilibrada entre sociedade civil e sociedade política" (Coutinho, 1981: 103). Se nas formações "Orientais" a estratégia para o acesso ao poder correspondia à "guerra de movimento", devido à predominância do caráter coercitivo do Estado, no Ocidente, diferentemente, "as batalhas devem ser travadas inicialmente no âmbito da sociedade civil, visando à conquista de posições e de espaços ('guerra de posição'), da direção político-ideológica e do consenso dos setores majoritários da população" (Coutinho, 1981: 103-104).

Assim, nas situações ordinárias da política parlamentar moderna, onde o consenso é realizável para a solução dos problemas, a dominação é consentida e se estabelece através de acordos e concessões. Nesses casos, o elemento *força* tem o caráter de policiamento e prevenção e é exercido tanto pelos partidos políticos quanto por outras organizações. No contexto político moderno, em que tanto as formas estatais quanto as econômicas desenvolveram o funcionário de carreira, o problema da *burocracia* assumiu um significado decisivo e colocou em evidência o problema da formação dos *funcionários especializados* que, segundo Gramsci, se assemelha à questão dos intelectuais. Já em situações de crise, em que o consenso não é possível, observa-se a conceituação mais clássica de cesarismo: golpes de Estado, ações militares, grandes personalidades. E, efetivamente, entre os dois extremos, podem ser encontradas "possibilidades

marginais de desenvolvimento e de sistematização organizativa subsequente” do cesarismo moderno que, “mais que militar, é policial” (Gramsci, 2000, V3: 79).

SEÇÃO III

Max Weber

O objeto desta seção é relacionar alguns dos principais temas da obra de Max Weber, evidenciando o conceito de “carisma”, sobretudo na sua configuração *moderna*. Foi inevitável recorrer à questão da *burocracia*, uma vez que ela marca a modernidade e da qual o carisma é precisamente o antípoda. Sobre o tema, também não se pode fugir da caracterização de Weber sobre sua época, uma Alemanha retardatária no que diz respeito à sua formação enquanto Estado-nação. O aspecto histórico deste trabalho ousou, assim, fazer uma rápida visualização do processo de unificação da Alemanha e de seu tardio desenvolvimento das forças econômicas capitalistas. Esse ingresso tardio no cenário ocidental, com características bem peculiares, repercutiu sobremaneira em toda uma geração de pensadores alemães, dentre os quais, Weber.

Weber define o Estado moderno – “tal como todos os agrupamentos políticos que historicamente o precederam” – em “uma relação de *dominação* do homem sobre o homem, fundada no instrumento da violência legítima (isto é, da violência considerada como legítima)” (Weber, 2000: 57). A política corresponde, nesses termos, ao “conjunto de esforços feitos com vistas a participar do poder ou a influenciar a divisão do poder” (Weber, 2000: 56). Consistindo intimamente em

uma “empresa de interesses” (Weber, 2000: 84) sobre a qual a participação de cada um é livre – notadamente no Estado moderno –, apenas alguns se sobressaem nessa luta pelo poder.

Dentre as diversas fontes de *legitimidade* profundamente estudadas por Weber, ou às “razões internas que justificam a dominação”, este estudo privilegia a *carismática*, ou seja, aquela que pressupõe que a obediência advenha de uma atitude íntima do dominado em função das características do líder. No Ocidente, o carisma *encarna* a figura do “demagogo”.

Este só triunfou no Ocidente, em meio às cidades independentes e, em especial, nas regiões de civilização mediterrânea. Em nossos dias, esse tipo se apresenta sob o aspecto do “chefe de um partido parlamentar”; continua a só ser encontrado no Ocidente, que é o âmbito dos Estados constitucionais. (Weber, 2000: 59)

Com o intuito, assim, de averiguarmos como conceito de *carisma* e o papel que ele desempenha no Estado moderno está inserido na obra de Weber, foi necessário trazer à tona algumas das preocupações centrais de seu pensamento. Nesse caso, suas reflexões políticas forneceram tanto subsídios *teóricos* – como o de *democracia plebiscitária*, que nos é central neste estudo – quanto *históricos*. Neste último caso, o reconhecimento de elementos de algumas tradições teóricas às quais Weber se filia (conscientemente ou não) ou critica, fornece importantes pistas sobre a origem do que seriam suas principais preocupações – como, por exemplo, a burocratização do Parlamento ou então o desenvolvimento capitalista retardatário alemão. Weber irá encontrar na *democracia plebiscitária* uma das formas de escapar do jugo da burocratização progressiva não só dos Parlamentos, mas de toda a vida política moderna.

Certamente a “influência do ‘modelo alemão’ sobre o pensamento de Weber foi profunda” (Giddens, 1998: 51); seus estudos sobre o capitalismo podem ser entendidos – em larga medida – “como decorrência da preocupação com as características dos problemas específicos relativos à sociedade alemã nas primeiras fases de seu desenvolvimento industrial” (Giddens, 1998: 41), que se deu apenas em fins do século XIX. A unificação nacional ocorrida apenas em meados do século XIX fora obra da aristocracia *juncker* prussiana, comandada por Bismarck. A modernização e industrialização do Estado alemão, no entanto, trouxeram à cena econômica outras classes, a burguesia e proletariado, a quem, invariavelmente, se deveria passar também o destino político da nação. Em geral, essa era a fonte de tensão da modernização do continente europeu, e principalmente onde os setores agrários foram mais atuantes nesses processos de unificação, como foram os casos da Itália e da Alemanha.

Talvez o contraponto mais sensível ao “conservantismo europeu” tenha sido representado na obra de Weber pelos *Estados Unidos*. Em várias passagens, seja no que diz respeito ao desenvolvimento agrário, industrial, acadêmico, cultural, geralmente a comparação é feita com a América. Enquanto na Inglaterra e principalmente nos Estados Unidos a revolução burguesa se processara sem impedimentos da classe feudal, no continente europeu o impacto, o desdobramento e o desenvolvimento das forças sociais modernizantes entraram em conflito com os interesses do *status quo* feudal, processo para o qual o conceito de *revolução passiva*, mais uma vez, é bastante adequado.

Era evidente aos olhos de Weber a inevitabilidade histórica da vitória do *moderno* sobre o *feudal* em todos os aspectos da vida social, seja no que diz respeito ao desenvolvimento econômico – para o qual suas análises sobre as desigualdades leste-oeste da Alemanha indicam muitos elementos – seja em suas análises sobre a Academia alemã, ou então, por exemplo, no que tange à organização política do país. Esta pesquisa oferece uma análise deste último aspecto, o político. Como a aristocracia rural fora a principal força de unificação da nação alemã, os conflitos nesse país no que diz respeito àquela tensão *moderno-feudal* foram mais agudas e a ascensão da burguesia, não enquanto classe, mas como *portadora do futuro político da nação*, foi bastante comprometida. *Parlamento e Governo na Alemanha Reordenada* demonstra as preocupações de Weber sobre esse aspecto, motivo pelo qual será mais detalhadamente discutido neste trabalho.

A caracterização do contexto político moderno (eleições, sufrágio, democracia representativa) e o problema da formação de lideranças políticas capazes de superar o *burocratismo parlamentar* legado de Bismarck são os temas principais da obra. *Burocracia e liderança* parecem, de fato, constituir dois pólos bastante importantes da análise de Weber sobre a política parlamentar moderna. Comentando sobre o aspecto da liderança carismática na sociologia política weberiana, Giddens afirma que um

elemento “cesarista” seria inseparável do Estado moderno; um líder de partido precisava possuir as qualidades carismáticas necessárias para adquirir e manter a popularidade que traz sucesso eleitoral. O líder “plebiscitário” poderia usar seu atrativo carismático para iniciar novas ações políticas e para se afastar do procedimento burocrático estabelecido. Entretanto, o objetivo primário do parlamento era agir como

salvaguarda contra a aquisição excessiva de poder pessoal por um líder plebiscitário. (Giddens, 1998: 37)

Esta seção tratará, pois, de expor as principais linhas de raciocínio de Weber acerca da democracia moderna, dos Parlamentos, da burocracia, da formação de lideranças, do sufrágio universal, enfim, das características que o autor julga relevantes no contexto da luta política moderna. Fundamentando os argumentos e conceitos, há também uma visualização rápida tanto dos posicionamentos políticos de Weber em seu tempo quanto, é claro, de algumas das principais características históricas da gênese do Estado alemão. O conceito de *democracia plebiscitária* traz, a um só tempo, a importância que Weber reconhece no desenvolvimento da estrutura burocrática no Estado moderno e seus próprios limites, que podem ser equilibrados por uma inserção de elementos carismáticos de tempos em tempos.

3.1 A via prussiana

A constituição da Alemanha como Estado-nação bem como seu rápido desenvolvimento econômico, ambos tardios em relação a outros países da Europa ocidental, imprimem ao caso *alemão*, segundo Lukács (1976), uma certa *singularidade*. Enquanto outros povos do ocidente europeu se constituíram como nações no começo da época moderna, delimitando uma unidade territorial em virtude do desenvolvimento do mercado interno e, a partir daí, instaurando novas relações sociais em oposição à *dispersão feudal*, a Alemanha seguiu, “neste período de transição, outro caminho, o caminho contrário” (Lukács, 1976: 29).

Esse “caminho contrário”, em linhas gerais, nas palavras de Walquíria Leão Rêgo, além do *atraso na chegada ao capitalismo*, significou também “um caminho cimentado por soluções políticas e compromissos de classe de caráter autoritário-conservador”, resultado de uma aliança entre a nobreza e a burguesia que “consistiu substancialmente num acordo pelo qual a nobreza ocupava os mais altos postos da burocracia e a pequena-burguesia os últimos, fundando assim a dinâmica política moderna do país” (Rêgo, 1996:110). Esse processo de *via prussiana* pode ser expresso sinteticamente como um “modo clássico de transição autoritária, não-democrática, para a sociedade moderna [...] [que] remete necessariamente a arranjos políticos realizados pelo alto, excluindo obrigatoriamente as principais bandeiras democráticas de que se fizeram portadores os setores populares” (Rêgo, 1996: 104-5).

Na história alemã, os movimentos camponeses foram, em geral, fortemente reprimidos em benefício dos interesses dos grandes proprietários rurais. Esses movimentos certamente significavam “lutas defensivas” dos camponeses por sua situação social e econômica; todavia, representavam também “conflitos mais ou menos prematuros em descoberta das futuras revoluções democrático-burguesas” (Lukács, 1976: 31) de forma que a repressão a eles manteve na Alemanha fortes tendências medievais, fazendo com que a nascente burguesia e a pequena burguesia dependessem “economicamente das cortes muito mais que em qualquer outro país da Europa ocidental” (Lukács, 1976: 33). Se a resolução da questão agrária através do parcelamento da propriedade fundiária foi um fator fundamental para a transição *democrática* ao capitalismo na França e nos Estados Unidos, a “ausência destes conteúdos sociais e políticos no processo histórico de transição ao capitalismo”, na Alemanha, conformou “uma grave ameaça à constituição de um caminho mais popular e democrático” (Rêgo, 1996:109).

O isolamento regional em *pequenos e impotentes Estados formalmente independentes* e a dependência da burguesia diante da aristocracia reiteraram na Alemanha, “em primeiro lugar, a extraordinária mesquinhez, a estreiteza, a falta de horizontes da vida” e, em segundo lugar, “a submissão muito maior e mais tangível dos súditos ao monarca e a seu aparato burocrático e a margem muito mais estreita que isto deixa para uma atitude ideológica de oposição ou simplesmente crítica” (Lukács, 1976: 32). A própria Reforma e o luteranismo teriam significado a transfiguração religiosa dessa “submissão ao absolutismo dos

pequenos Estados, dando um fundo espiritual, uma base moral, ao atraso econômico, social e cultural da Alemanha” (Lukács, 1976: 31). A Reforma, juntamente com as sucessivas derrotas das guerras camponesas, foram alguns dos principais fatores de legitimação dos sucessivos *pactos de poder pelo alto* que fortaleceram progressivamente a estrutura e a ação do Estado alemão (Rêgo, 1996:111).

O isolamento regional, a forte marca feudal, a repressão aos movimentos camponeses, a estrutura agrária aristocrática, o desenvolvimento capitalista atrasado, são fatores que, de fato, ajudam a explicar a ausência de uma “tradição viril do liberalismo de classe média” em contraste com outros países do ocidente europeu. Mas um raciocínio desses, por um lado, “trata os desenvolvimentos ingleses como uma norma, quando o contexto em que a industrialização inglesa ocorreu, em comparação com as experiências subseqüentes do resto do mundo, de fato parece tudo menos um modelo” (Ringer, 2000: 30). A crítica ao estabelecimento desse modelo de desenvolvimento capitalista a partir do caso inglês também é realizada por Walquíria Leão Rêgo:

A formulação lukacsiana, como a de Engels, revela-se bastante tributária da concepção etapista do desenvolvimento histórico. A ausência de certos requisitos clássicos, como a formação dos estados absolutistas, o despotismo esclarecido de âmbito nacional, produziria um atraso econômico e social quase irre recuperável em relação à Europa capitalista. (Rêgo, 1996: 112)

Por outro lado, segundo Ringer, esse mesmo raciocínio “não faz quaisquer asserções positivas sobre o ambiente social que os intelectuais alemães enfrentaram” (Ringer, 2000: 30). Afirmar, assim, que o modelo alemão é “contrário” significa afirmar que o inglês seria o “normal” e, não obstante isso, não

explica as forças que efetivamente levaram a Alemanha, já no século XX, a se converter em uma das maiores potências mundiais. Seria oportuno afirmar, com Walquíria Leão Rego, que todos os *arranjos* que configuram a *via prussiana* se dão em um nível nacional, com o que cada processo de formação dos Estados (*statebuilding*) e das nações (*nationbuilding*) modernos possui características próprias, configurando “pactos políticos difíceis e complexos, resultantes de longas e duras lutas sociais” (Rêgo, 1996: 104).

O compromisso de classe entre o burguês e o aristocrata alemão foi revestido pela burocratização que se configurou, “como em todos os países da Europa, em uma forma transitória de liquidação do feudalismo, da luta da burguesia pelo poder do Estado” (Lukács, 1976: 34). O desenvolvimento da burocracia na Alemanha foi, assim, resultado da união entre “elementos aristocráticos” (*feudais e localistas*) e “métodos racionais na construção e gestão da esfera pública estatal” por uma elite *mandarim* – para utilizarmos o termo de Fritz Ringer – “extremamente permeável à modernidade de métodos administrativos e aos valores espirituais da Ilustração” (Rêgo, 1996: 113-4). Esse “compromisso de classe” permitiu à burguesia alemã sobrepor-se “ao isolamento em que se encontrava com respeito às correntes progressistas ocidentais, [tomando] contato [...] com a Ilustração inglesa e francesa, que assimila e inclusive desenvolve, em certos aspectos, por conta própria” (Lukács, 1976: 34).

Tal *assimilação e desenvolvimento* significaram uma interpretação bem peculiar pelos intelectuais alemães da *Ilustração européia ocidental*, a partir da qual construíram uma defesa bastante específica de interesses da sua casta. A

relação utilitarista que se estabeleceu entre *ciência*, *política* e *economia* na tradição anglo-francesa incomodou os mandarins alemães em torno do 1800 porque ela associava, grosso modo, “ciência e educação quase que exclusivamente com a idéia de manipulação prática, de técnica racional e de controle ambiental” que, para eles, “era uma heresia verdadeiramente perigosa e um tanto estúpida” (Ringer, 2000: 94). Elementos importantes das críticas de Kant, das teorias idealistas e da tradição histórica alemã ilustram, segundo Ringer, esse debate contra a tradição empirista européia ocidental.

Para a filosofia kantiana, do ponto de vista lógico não é possível que uma coleção de percepções sensoriais possam constituir, por si só, nosso conhecimento sobre o mundo. Seria necessário admitir que existem alguns elementos *a priori*, certas categorias de caráter lógico, que estão presentes nessa experiência e que lhe dá uma qualidade objetiva e organizada. A *verdade* não reside, pois, na “correspondência entre a idéia e o objeto”, mas na “ordenação apropriada de nossas sensações e conceitos, nas regras formais ou lógicas segundo as quais eles estão agrupados e inter-relacionados” (Ringer, 2000: 100). Os filósofos idealistas, por sua vez, seguindo os passos já estabelecidos por Kant, transformaram “o desacreditado confronto entre realidade objetiva e impressão subjetiva”, presente no empirismo inglês, “numa espécie de relação dialética *no interior* da consciência” (Ringer, 2000: 100).

As categorias kantianas e todas as normas do raciocínio correto que asseguram a ordem e a certeza de nossa experiência não podem ser consideradas propriedades empíricas, psicológicas, dessa ou daquela mente individual. São axiomas necessários de todo conhecimento e é tentador, portanto, atribuí-los a algo semelhante a uma consciência transcendental. A consciência transcendental pode ser concebida como

um constructo puramente lógico, mas também pode adquirir um sentido quase religioso. Nesse sentido, o idealismo alemão tendeu a passar da metafísica da falácia de senso comum para a de um Ego absoluto ou a de um espírito universal. (Ringer, 2000: 101)

Na busca pelas influências teóricas que marcam o pensamento weberiano podemos certamente encontrar sua crítica ao idealismo e sua adesão maior ou menor à filosofia kantiana; mas sua relação com a escola histórica é nítida e consciente. Os princípios da *empatia* e da *individualidade histórica* são ilustrativos nesse sentido e reforçam “a reação consciente a determinadas tendências intelectuais do Iluminismo da Europa Ocidental” (Ringer, 2000: 104). O princípio da empatia trazia a idéia de que os fatos passados possuem um conteúdo significativo próprio que deveria ser captado pelo historiador, o que problematizava a identificação do método da ciência histórica com o das ciências naturais – comum no Iluminismo Ocidental. Já o princípio da individualidade, em contraposição aos ideais de uma humanidade *universal e igual* da Revolução Francesa, resgatou o princípio de que o todo não é apenas a soma das partes. “Os constituintes básicos da realidade social não são átomos materiais e sociais semelhantes a leis universais”, afirma Troeltsch em um texto citado por Ringer (2000: 106), “mas personalidades únicas diferentes e forças formativas individualizadoras”. A dimensão místico-metafísica que a noção de individualidade assumiu na tradição histórica alemã gerou

uma preeminência inusual dada aos grandes indivíduos “históricos”; uma tendência a discutir as culturas, os Estados e as épocas como se fossem “totalidades” personalizadas; e a convicção de que cada uma dessas totalidades encarnava seu próprio espírito particular. (Ringer, 2000: 107)

Sintetizando as conclusões que Ringer aponta em seu trabalho, os mandarins buscaram criar uma ideologia que tentasse justificar sua posição dentro da estrutura social alemã. Por não estarem ligados diretamente à burguesia, fizeram a crítica ao utilitarismo inglês, a uma ciência cujo desenvolvimento está intimamente relacionado à economia. Resgataram, para isso, os ideais greco-romanos, preferindo o *belo* ao *útil* em uma matriz nitidamente platônica. Condenaram os princípios civilizatórios franceses por admitirem que a “civilização” seria apenas produto da formação racional e técnica do homem, enquanto que a “cultura” tinha um significado muito mais profundo que primava pela contemplação e dizia respeito à própria personalidade individual – daí também os conceitos de empatia e individualidade. Em sua condição de burocratas especializados, criaram um direito público altamente abstrato substituindo a base despótica do poder monárquico pela constitucional que somente eles próprios tinham as condições de interpretar. Por seu saber “puro”, hostilizaram tanto o senso prático burguês quanto o tradicionalismo aristocrático, forjando seu próprio *status* social.

Os mandarins, dessa forma, separados tanto da pequena burguesia quanto de uma “casta feudal relativamente inculta, desenvolveram uma fé intensa no poder espiritualmente enobrecedor da palavra” (Ringer, 2000: 34). E, de fato, o diploma e o conhecimento especializado sinalizavam alguma segurança em um ambiente que não propiciava o desenvolvimento econômico na esfera privada aos moldes do *self-made man* americano ou inglês (Ringer, 2000: 47). Além disso, a unificação tardia, sem a intervenção de um Estado *centralizado*, “possibilitou nas cidades republicanas o desenvolvimento de fortes e consistentes tradições

cameralistas com interessantes instituições representativas, talvez bastante modernas” (Rêgo, 1996: 112). Isso tornou possível uma “modernização regionalizada” de alguns setores da vida social e o setor burocrático-estatal se apresentou como “um eficiente canal de mobilidade de classe” (Rêgo, 1996: 114).

Quem quer que, na Alemanha do século XVIII, quisesse ascender socialmente e não fosse nobre começava por adquirir o máximo de instrução com que pudesse arcar. Depois ingressava numa das burocracias do Estado, no clero, no professorado, ou nos setores da medicina ou do direito, no começo sempre num nível subordinado. Depois de instalado numa profissão liberal, encorajava naturalmente os filhos a caminhar pela mesma estrada. Como as universidades e escolas eram instituições públicas, [...] desenvolveu-se desse modo um tipo de classe média não-econômica, centrada, de um lado, nas universidades e, de outro, no serviço público. (Ringer, 2000: 30)

Tanto nas universidades quanto na burocracia pública, a instrução representou um importante critério de estratificação social que formou uma nova elite, ao lado da nobreza tradicional. Sendo uma elite formada pelo funcionalismo público, tratava-se de especialistas que lograram logo “tornar tanto o direito público quanto o privado tão regulares, previsíveis e racionais quanto possível”.

Na esfera recém-definida do direito privado, a codificação propiciava ao burguês comum um mínimo de segurança. Na esfera pública, regras fixas de procedimento fortaleciam a própria posição dos funcionários públicos de agentes e intérpretes especializados de um sistema organizado. (Ringer, 2000: 32)

A partir do século XIX a liderança dos mandarins “foi mais ameaçada pelas camadas inferiores do que pelas superiores e, a partir daí, deram uma ênfase maior ainda ao lado defensivo e vagamente conservador de sua filosofia” (Ringer, 2000: 126). Apesar de terem pouco em comum com a aristocracia agrária e nenhuma simpatia com os objetivos burgueses nem operários, os mandarins, ainda assim, “tinham menos interesse em idéias democráticas, no direito de voto e

no governo ministerial do que nas garantias constitucionais e legais dos direitos civis” (Ringer, 2000: 128). Apreciavam, pois, mais a idéia de um *governo legal* do que a de um *governo por aprovação dos governados*.

[...] os mandarins alemães do começo do século XIX eram liberais; mas seu zelo pela reforma social e política teve suas limitações características. As experiências de 1848 e de 1849, em particular a pressão popular e democrática, só serviram para aumentar essas limitações. O resultado foi que a elite culta começou a assumir uma posição mais defensiva. [...] De certa maneira, as realidades sociais em processo de transformação obrigaram todos os mandarins, ou a maioria deles, a pensar num apoio cada vez mais incondicional ao regime em vigor. Antes do final do século, a comunidade acadêmica como um todo assumira o papel de um *establishment* vagamente conservador e claramente oficial. (Ringer, 2000: 128)

A “aristocracia da educação” – para utilizarmos termos do próprio Weber –, não tendo interesses pessoais na economia, vê o desenvolvimento “triumfal do capitalismo com mais ceticismo e a crítica com mais violência do que acontece, natural e justamente, em países como os Estados Unidos” (Weber, 1963: 422). Voltando “para trás o seu olhar e com profunda antipatia”, esses mandarins “se opõem à evolução inevitável do capitalismo, recusam-se a cooperar na criação da estrutura do futuro” (Weber, 1963: 422).

[Eles] Vêem com desconfiança a abolição das condições tradicionais da comunidade e a aniquilação de todos os numerosos valores éticos e estéticos que se apegam a essas tradições. Duvidam que o domínio do capital possa dar garantias melhores e mais duradouras do que a aristocracia do passado à liberdade pessoal e ao desenvolvimento da cultura intelectual, estética e social que eles representam. Só desejam ser governados pelas pessoas cuja cultura social consideram equivalente à sua; preferem, portanto, o domínio da aristocracia economicamente independente ao Governo do político profissional. (Weber, 1963: 422)

Assim, segundo a análise de Walquíria Leão Rêgo, a burocracia prussiana, detentora do saber técnico e do poder político, “atravessou incólume a tempestade de 1848 e todo o processo de statebuilding alemão, reafirmando seu

papel de ator político decisivo na história moderna e contemporânea da Alemanha”. Como resultado desse processo teria emergido “um Estado protecionista e com grande capacidade de intervir e regular a economia e a sociedade em geral” (Rêgo, 1996: 115). Estabeleceu-se, dessa forma, no processo revolucionário de 1848, a clássica revolução pelo alto, em que os setores populares – compostos por uma aliança anfíbia entre mestres de corporação, operários fabris sob a direção de intelectuais urbanos (Rêgo, 1996: 117) – foram mais uma vez derrotados pela elite burocrática que comandava o Estado. Como resultado, o Estado saiu consolidado em contraposição ao socialismo e com fortes marcas de protecionismo. Ou seja: “o autoritarismo paternalista e a imperatividade da dominação patrimonialista alemã selaram a grande derrota do ‘nacional popular’ no alvorecer da era moderna” (Rêgo, 1996: 120).

Não obstante o caráter conservador do compromisso de classes, nem mesmo os restos feudais puderam conter o “desenvolvimento espontâneo da [moderna] produção capitalista” e a Prússia – bem como os outros pequenos Estados alemães – se viu obrigada a intervir ativamente em apoio ao desenvolvimento capitalista (Lukács, 1976: 41). Assim, durante as revoluções de 1848 na Europa, a burguesia alemã traiu sua própria revolução liberal-democrática aderindo ao caminho mais cômodo de associar-se à nobreza, firmando um compromisso de classes com a “possibilidade de alcançar seus objetivos econômicos sem necessidade de revolução, mesmo que fosse à custa de renunciar à hegemonia política no novo Estado” (Lukács, 1976: 38).

[...] este modo de nascer a unidade econômica do país fez com que, em amplos setores capitalistas, se manifestassem desde o primeiro momento uma atitude de sujeição com respeito ao Estado prussiano, a tendência de pactuar constantemente com a burocracia semifeudal, a perspectiva de que era possível fazer valer os interesses econômicos da burguesia em pacífica aliança com a monarquia prussiana. (Lukács, 1976: 42)

Ao contrário do que representou o bonapartismo para a França de 1848, a unificação do Estado alemão, levada a cabo por Bismarck, “representou objetivamente um progresso em relação à situação anterior a 1848 posto que, dentro dos marcos daquele regime, se viam satisfeitas as exigências econômicas da burguesia, abrindo-se amplas perspectivas ao desenvolvimento das forças produtivas” (Lukács, 1976: 45). Se “o poder Junker forneceu a base principal para a conquista da unidade política”, o futuro da Alemanha enquanto Estado-nação frente a outras potências européias “dependia de sua transformação em um país industrializado” (Giddens, 1998: 28): é sobre essa problemática que Weber realiza seus primeiros estudos a respeito da propriedade fundiária ao Leste do rio Elba.

É importante, nesse sentido, notar o papel que a Prússia desempenhou no processo de unificação: de grande obstáculo para a unificação nacional desde o final da Idade Média, tornou-se, já no século XIX, decisiva para essa mesma unificação, “levada a cabo graças a baionetas prussianas” (Lukács, 1976: 38). Somente a “Prússia e a Áustria contavam com um poder burocrático e militar concentrado”, capazes de se imporem no processo de unificação ao contrário dos outros feudos em miniatura e das outras forças revolucionárias, dispersas nas diversas regiões. Dessa forma, a revolução burguesa alemã e o desenvolvimento do capitalismo, bem como a unificação nacional, consistiram, na prática, “simplesmente na ‘prussianização’ da Alemanha, e nela se mantiveram em pé

cuidadosamente a burocracia nobre e todas as instituições destinadas a assegurar a intangibilidade de sua hegemonia política” (Lukács, 1976: 45). Isso justificaria o fato de que nenhuma revolução burguesa na Alemanha “leva a cabo uma verdadeira reforma agrária; nenhuma afeta seriamente a dispersão do país em um acúmulo de pequenos Estados; nenhuma atenta seriamente contra os privilégios dos junkers, e assim sucessivamente” (Lukács, 1976: 44).

Segundo Weber, a monarquia prussiana, até quase o final do século XIX, apoiara-se politicamente no estamento dos Junker prussianos que se tornaram também o ponto de referência social do aparelho administrativo estatal. “É verdade que contra ele, mas também apenas com ele, ela criou o Estado prussiano” (Weber, 2002: 74). No entanto, realizada essa sua tarefa e sofrendo de uma agonia econômica, “o fulcro da inteligência política desloca-se irresistivelmente para as cidades, ao desaparecer o caráter social da antiga nobreza fundiária” (Weber, 2002: 74). Se a *dominação política* desloca-se tendencialmente no sentido do surgimento de novas fontes de riqueza em uma dada sociedade, como diria Gaetano Mosca (1966: 62), ela estaria intimamente relacionada à *dominação econômica* que, no caso alemão a partir de meados do século XIX, tornara-se industrial. No entanto, afirma Weber,

[...] quando eu me pergunto se a burguesia alemã está madura para ser a classe politicamente dirigente da nação, então não tenho como responder *hoje* pela afirmativa. O Estado alemão não foi criado pela força da própria burguesia e, quando ele foi forjado, estava à frente da nação aquela figura majestosa talhada em madeira diferente da burguesa [Bismarck]. (Weber, 2002: 74-5)

O problema da revolução democrática, antes mesmo da unificação, já estava posto pelo movimento operário, que preconizava a necessidade do sufrágio

universal. Havia, contudo, acentos nitidamente bonapartistas mesmo nesse modelo democrático em que o *povo soberano*, na prática, apenas referendava ditaduras personalistas como a de Lassale ou de Schweitzer (Lukács, 1976: 52). Nasceram, no opúsculo do século XIX, uma série de críticas apontando para os limites da democracia burguesa – críticas que, na maioria das vezes indicavam um desengano e um certo romantismo reacionário face a essa situação. Na cultura política alemã, e sobretudo para a democracia, essas postulações “convertiam-se em um obstáculo para sua consecução, na renúncia à luta resolvida e decidida por essa democracia” (Lukács, 1976: 55). Até mesmo Max Weber – “partidário cada vez mais resolutivo da democratização da Alemanha” – estava imbuído de um certo pessimismo frente à democracia, considerando-a apenas um “mal menor” nesse estado de coisas (Lukács, 1976: 56).

3.2 O Estado moderno e a *burocracia*

No início do século XX, apesar desse tom elitista e antidemocrático da *intelligentsia* alemã – sobretudo em relação ao movimento social-democrata – já não eram poucos os intelectuais, como Max Weber, que reconheciam o processo de democratização e industrialização como irreversíveis, pelo menos totalmente. “Foram suficientemente realistas para suspeitar que ao menos alguns aspectos desagradáveis da civilização moderna estavam tão intimamente ligados às necessidades e mesmo às vantagens da mudança socioeconômica que uma condenação indiscriminada era ao mesmo tempo irresponsável e inútil” (Ringer, 2000: 130-1).

A crescente visibilidade das diferenças econômicas entre as classes tornou cada vez mais difícil aceitar que os ideais não-econômicos dos mandarins eram objetivos de toda política social aceitos universalmente. É evidente que nenhum conjunto isolado de programas e metas sociais poderia satisfazer latifundiários, empresários e trabalhadores. O conflito entre os partidos de massa sugeria que as decisões políticas derradeiras deveriam ser tomadas na arena da política eleitoral. (Ringer, 2000: 150)

Reconhecendo a *burocratização* como um processo universal nas sociedades ocidentais modernas, que marca sua singularidade histórica e que, sobretudo, ocorre simultaneamente ao processo de industrialização, Weber desviou a atenção das desigualdades e contradições econômicas do capitalismo; *burocratização e industrialização*, para ele, “caracterizam nossa época e o futuro previsível” (Weber, 1993: 51). O próprio desenvolvimento do Estado “regido e administrado segundo um direito burocrático e racional”, do ponto de vista

histórico, está “intimamente ligado ao moderno desenvolvimento capitalista” (Weber, 1993: 43). A burocratização do Estado alemão era ainda mais marcante, segundo Weber, devido ao Parlamento não representar verdadeiramente uma instituição onde se tomavam, de fato, as decisões políticas. Suas instâncias não tinham poder de decisão e os problemas eram “meramente debatidos”, tornando-se “simplesmente um órgão decorativo tolerado a contragosto pela burocracia reinante” (Weber, 1993: 39).

Especificamente na Alemanha, a inépcia parlamentar teria sido uma herança da forma como Bismarck conduziu a política, legando uma nação “sem qualquer formação política [...] acostumada a ver o grande estadista, lá do alto, a cuidar da política em seu lugar” e “habituada a deixar as coisas acontecerem de forma fatalista sob a égide do ‘regime monárquico’” (Weber, 1993: 38). A centralização do poder na figura de Bismarck tolheu a possibilidade de surgimento de novas lideranças políticas, deixando o “parlamento sem poder, limitado a fazer oposição por oposição”. Em uma tradição política como essa, não existiriam razões para o desenvolvimento de “cabeças pensantes e íntegras” (Weber, 1993: 38) – Bismarck, pelo contrário, procurou evitá-las sempre que possível. A tendência foi a migração das lideranças da esfera política para a iniciativa privada, onde as possibilidades de realização estavam abertas.

Nesse contexto, o papel dos partidos políticos foi apenas o de desempenhar uma função burocrática com o objetivo de continuamente “angariar votos para seus candidatos em eleições ou em colégios eleitorais” (Weber, 1993: 44). Apesar da renovação dos integrantes ser uma característica fundamental para

a dinâmica dos partidos políticos – posto que são instituições criadas a partir da voluntariedade de seus membros e, portanto, de recrutamento livre – não foram poucos os casos

nos quais, dentro dos partidos, jovens talentos com qualidades de liderança simplesmente são “abafados” pelos figurões locais e do partido, da mesma forma como acontece em todas corporações. É natural que isso aconteça num parlamento sem poder, limitado a fazer oposição por oposição. (Weber, 1993: 68)

Entretanto, a burocratização do Estado alemão não encontraria sua causa exclusiva na tradição política de um parlamento débil herdado de Bismarck. Isso apenas marcaria a particularidade do caso alemão – e o agravaria, é claro –, posto que a burocratização é processo muito mais amplo que caracteriza, segundo Weber, toda a modernidade ocidental. “Precisão, rapidez, univocidade, conhecimento da documentação, continuidade, discrição, uniformidade, subordinação rigorosa, diminuição de atritos e custos materiais e pessoais” (Weber, 1999: 212) são exigências, sobretudo, da economia capitalista moderna, mas que também se expandem para a administração pública e para as organizações partidárias. Assim, a especialização e a escolaridade profissionalizante e racional tornam o processo de burocratização muito mais definitivo e inexorável que em outras épocas e lugares.

[A burocracia] desenvolve sua peculiaridade específica, bem vinda ao capitalismo, com tanto maior perfeição quanto mais se “desumaniza”, vale dizer, quanto mais perfeitamente consegue realizar aquela qualidade específica que é louvada como sua virtude: a eliminação do amor, do ódio e de todos os elementos sentimentais, puramente pessoais e, de modo geral, irracionais, que se subtraem ao cálculo, na execução das tarefas oficiais. (Weber, 1999b: 213)

Uma das marcas impressas pela burocratização no Estado moderno foi a substituição dos critérios honoríficos ou hereditários para o preenchimento de cargos públicos pelos de igualdade de direitos individuais. Foi dessa forma que, com o desenvolvimento do capitalismo e do direito racional, as funções públicas foram passando de títulos honoríficos e hereditários para profissionais especializados. Da mesma forma que o desenvolvimento histórico do capitalismo pode ser observado através da modernização da economia, Weber afirma que o aperfeiçoamento do funcionalismo burocrático estatal poderia ser medido pela sua “estrutura de carreira, seu provento, sua aposentadoria e pensão, sua promoção, seu treinamento especializado, pela divisão funcional do trabalho, pela atribuição de responsabilidades, seu controle documental e sua estrutura hierárquica” (Weber, 1993: 41).

Assim, a *especialização* e a *racionalidade* – “inevitáveis progressos do futuro previsível” – seriam as determinações da vida moderna às quais o funcionalismo está diretamente ligado.

Todas as burocracias do mundo estão indo por esse caminho. [...] Nos locais onde o funcionário instruído e moderno se instala, o seu poder torna-se realmente indestrutível, porque, então, toda a organização dos serviços mais elementares está condicionada à sua forma de trabalho. (Weber, 1993: 53)

E, no entanto, o poder político no Estado moderno, longe de estar nos discursos dos parlamentares ou nas mãos dos chefes do executivo, está no “no dia-a-dia da máquina administrativa, está, necessária e inevitavelmente, nas mãos do funcionalismo” (Weber, 1993: 41). Assim também ocorre com a burocratização do partido político e com a racionalização crescente de suas estratégias de

campanha eleitoral e do controle de cargos na máquina estatal. Afinal, os processos eleitorais – fonte da legitimidade no Estado moderno – fazem com que os partidos dediquem-se cuidadosamente a um “trabalho mais contínuo e rigoroso para se conseguir votos do que era conhecido no velho sistema de partidos honoríficos” (Weber, 1993: 112). O núcleo permanente e coeso de qualquer partido político, além de integrantes proeminentes (*um* ou *alguns* líderes) é composto por um aparato burocrático, financiado por contribuições dos filiados, patrocinadores, empréstimos privados, enfim, por toda sorte de contribuição ligada – geral, mas não necessariamente – à economia privada.

Esse núcleo decide sobre o respectivo programa, a maneira de proceder e sobre os candidatos. Mesmo numa organização partidária muito democrática, terá sempre um corpo de funcionários profissionais e especializados, pelo menos a massa dos eleitores e, numa certa medida também, os simples “filiados” não participam (ou o fazem somente formalmente) da determinação do programa e da escolha dos candidatos. De fato, os eleitores somente participam pelo fato de os candidatos serem escolhidos e o programa ser feito levando-se em conta a necessidade de se ganhar seus votos. (Weber, 1993: 45)

No interior desse “núcleo permanente e coeso”, percebe-se a influência e até a necessidade cada vez maior dos setores burocráticos em contraposição às lideranças propriamente políticas – isso, principalmente, na Alemanha de Weber.

[...] na administração de organizações de massa – e é isso que importa realmente – os funcionários de carreira de formação especializada formam o cerne da sua estrutura e a disciplina deles é condição absoluta de seu sucesso [...]. Em todas as organizações, as funções significativas são desempenhadas crescentemente por funcionários assalariados em todos os níveis. Todo o restante é, ou está se tornando, cada vez mais, mera aparência. (Weber, 1993: 50-1)

Em partidos nos quais as “lideranças políticas” se tornam “mera aparência”, estratégias de angariar votos, os Paramentos, por extensão, tornam-

se meros “órgãos representativos de indivíduos governados por meios burocráticos” (Weber, 1993: 59). Por outro lado, a importância do *funcionário do partido*, “em todos os lugares”, ganha “destaque como elemento importante da tática partidária” (Weber, 1993: 111), de forma que o processo de democratização dos partidos alemães foi acompanhado pela burocratização e pela racionalização. As eleições de massa, dessa forma, promoveram uma “democratização dos meios e das formas organizacionais do embate político” e estruturaram uma nova “prática política” (Weber, 1993: 112) pautada na *concorrência*.

Paradoxalmente, no entanto, esse mesmo processo de *legitimação* (as eleições) criou uma condição em que o *político profissional* – entendido sobretudo em seu aspecto *burocrático* – não se destacou em relação ao *demagogo*. Mesmo com o domínio dos meios de comunicação de massa – que tem um peso fundamental no sucesso do político – e com a reunião dos conhecimentos *técnicos* necessários para fazer funcionar conscientemente o aparato burocrático e estatal, o *funcionário* não se sobressai ao *demagogo* na disputa dos votos. E para Weber, o que importa na escolha das lideranças políticas é a *concorrência* entre elas, “porque toda política, em sua essência, é luta” (Weber, 1993: 117).

São esses argumentos que Weber utiliza para fazer a crítica do parlamentarismo como forma mais adequada de escolha do mais alto mandatário do poder político de uma nação. O líder político, nas democracias modernas, “terá que conquistar a confiança e a fé das próprias massas e, portanto, chegar ao poder através de meios demagógicos de massas” (Weber, 1993: 119). Tal processo de eleição popular direta faria parte das formas cesaristas “puras” de

aclamação, uma vez que o poder político se baseia nas massas, e não no parlamento (Weber, 1993: 118). Essas formas de escolha do dirigente político são tipicamente plebiscitárias e representam o predomínio do poder carismático sobre o burocrático e o tradicional.

A crítica dos políticos e do parlamento contrapondo-os à *competência*, à *eficiência* e à *imparcialidade* da burocracia – característica do final do século XIX – foi outra forma de pôr em xeque a democracia. *Competência*, *eficiência* e *imparcialidade* representariam muito bem, segundo Lukács, o “espírito alemão”:

O alemão médio – por mais capaz e inclusive eminente que possa ser em sua especialidade (entendendo por isso também a filosofia, a arte, etc.) – está acostumado a esperar todas as decisões, inclusive as que decidem sobre sua própria existência, de “cima”, das “autoridades competentes” do exército, da política ou da ciência, sem que se lhe ocorra sequer fazer valer nem se pôr a considerar seus próprios pontos de vista como fator chamado a influenciar também na vida política, econômica, etc., de seu país. (Lukács, 1976: 67)

Uma cultura política como essa – de cultivo do espírito burocrático –, em conjunto com aquela série de resquícios feudais e antidemocráticos, deixou o imperialismo alemão “livre de todo controle democrático” (Lukács, 1976: 56). Nem as revoluções de 1848, nem a República de Weimar conseguiram mudar radicalmente essa marca, deixando os agentes populares fora da cena política através de repressão militar ou incorporando-os através da corrente reformista. Disso resultou, segundo o jogo de palavras que Lukács *empresta* de Marx, *uma República sem republicanos, uma democracia sem democratas* (Lukács, 1976: 60), das quais as massas populares nada poderiam esperar, indicando aquele mesmo tom de pessimismo em relação à democracia e oferecendo “um pretexto aparentemente claro à lenda de que somente se poderia alcançar a grandeza

nacional alemã sobre bases antidemocráticas” (Lukács, 1976: 61). E este desengano trouxe consigo a “esperança de ver surgir, como o salvador, um ‘novo caudilho’” (Lukács, 1976: 67) nos moldes nietzscheanos do *pessimismo heróico*, que não faz mais que “acentuar a disposição de ânimo a receber e assimilar uma concepção de mundo baseada no desespero” (Lukács, 1976: 68).

Assim, “por mais desesperadora que seja a situação, surgirá – se pensa – um ‘gênio ungido pela divindade’ (um Bismarck, um Guilherme II, um Hitler) que se encarregue, com sua ‘intuição criadora’ de buscar a solução para todos os problemas” (Lukács, 1976: 70). Cohn, no entanto, hesitaria em afirmar a influência nietzscheana em Weber nesse nível utópico do surgimento de um “novo homem”, ou um “super homem”. “Poder-se-ia argumentar”, segundo Cohn, “que pelo menos traços disso existem” na noção weberiana de “carisma”, “o que já me parece um pouco forçado, apesar do inegável ponto em comum que é a preocupação dos dois autores com o problema da criação de *novos valores*” (Cohn, 1979: 104). Apesar disso, pode-se encontrar, nos *exageros* de Weber, a definição de política como “um esforço tenaz e enérgico para atravessar grossas vigas de madeira”, e que “o homem capaz de semelhante esforço deve ser um chefe e não apenas um chefe, mas um herói, no mais simples sentido da palavra” (Weber, 1999a: 123). Controvérsias à parte, o que importa é ressaltar o fato de que houve em certa medida uma predisposição da intelectualidade alemã na preferência por grandes líderes em detrimento da política parlamentar e burocrática.

3.3 A democracia plebiscitária

Toda formação burocrática, assim como a tradicional, “é uma formação permanente e corresponde, com seu sistema de regras racionais, à satisfação de necessidades constantes e calculáveis com meios normais” (Weber, 1999b: 323). A continuidade, o cotidiano, a normalidade, o hábito, são as formas de que dispõem esse tipo de dominação para a satisfação das necessidades também contínuas, normais, habituais, etc. No entanto, diante de “*dificuldades* psíquicas, físicas, econômicas, éticas, religiosas e políticas”, em que há uma transcendência das “exigências da vida cotidiana” (Weber, 1999b: 323), a satisfação dessas necessidades se dá de uma forma bastante diferente da que ocorre na economia ordenada. Nessas situações *excepcionais*, a solução, segundo Weber, também se dá de forma *excepcional*. Deixando de satisfazerem as necessidades básicas que são a base de sua dominação, os líderes tradicionais, nesses casos, abrem espaço para o surgimento de uma nova forma de liderança que cumpra esse papel – a “carismática”.

Dessa forma, o poder carismático se encarna naqueles “portadores de dons físicos e espirituais específicos, *considerados* sobrenaturais” (Weber, 1999b: 323), capazes de solucionar as situações de crise, assumindo como responsabilidade imanente as tarefas consideradas necessárias e exigindo obediência e adesão em virtude dessa finalidade. Toda a legitimidade do poder carismático deposita-se, pois, na *submissão* dos fiéis, séqüitos, seguidores, e é

determinada por fatores internos (crença) diante da “entrega fiel ao extraordinário e inaudito, alheia a toda regra e tradição e por isso considerado divino, tal como nasce do desespero e do entusiasmo” (Weber, 1999b: 326).

Para Weber, a legitimidade do poder tradicional e do poder burocrático não se assenta nos mesmos fundamentos. Resumidamente, enquanto o poder tradicional repousa sobre a relação pessoal entre dominante e dominado, o burocrático evoca a impessoalidade dessa relação. O processo histórico de transformação do poder tradicional em burocrático foi, segundo Weber, revolucionário. Mas essa transformação teve um sentido

“de fora para dentro” – como o faz precisamente toda transformação no campo econômico –, primeiro as coisas e as ordens, e depois, a partir dali, os homens, e estes últimos, no sentido de uma modificação de suas condições de adaptação e eventualmente de um aumento de suas possibilidades de adaptação ao mundo circundante, mediante o estabelecimento de fins e meios racionais. (Weber, 1999b: 327)

Nesse ponto a analogia entre as legitimidades racional e tradicional pode ser traduzida na preocupação de Weber em identificar os elementos que representam a *atrasada* dominação aristocrática (*Junker*) e a *moderna* dominação *burguesa* na Alemanha. Mais do que isso, a análise de Weber, segundo Giddens “levou à conclusão de que nem a hegemonia preexistente dos *Junker*, nem sua posição declinante poderiam ser explicadas em termos estritamente econômicos”, afinal, “as propriedades *Junker* não se fundavam simplesmente na ‘exploração’ econômica do campesinato, mas se constituíam em esferas de dominação política, enraizadas em relações fortemente definidas e tradicionais de mando e subordinação” (Giddens, 1998: 42). Weber, assim, reconheceu “que grande parte da tensão social e intelectual de seu próprio ambiente decorria de um desequilíbrio

repentino e provavelmente temporário” entre as pretensões da burguesia, com base em suas condições econômicas, e dos *Junkers*, com base econômica mas também em seu *status* tradicional (Ringer, 2000: 170).

O conceito de *classe* não dava conta, assim, de uma explicação satisfatória; aliás, “o moderno conceito de classe era um tanto impopular na comunidade acadêmica alemã desse período” porque explicava a “estratificação social de acordo com critérios econômicos” e no contexto alemão daquela época “os critérios não-econômicos de estratificação social eram óbvios demais para serem ignorados” (Ringer, 2000: 170) e diziam respeito à própria legitimidade da elite mandarim.

Em relação à tradição e à burocracia, o poder carismático, de qualquer forma, é revolucionário, segundo Weber, por inverter os valores e romper com as normas tradicionais ou racionais. A fé no êxito do líder carismático “revoluciona os homens ‘de dentro para fora’ e procura transformar as coisas e as ordens segundo o seu querer revolucionário [...] a partir de uma *metanóia* central do modo de pensar dos dominados” (Weber, 1999b: 327-8).

No entanto, apesar de romper com os laços da tradição e da racionalidade, a existência do poder carismático não é isenta de qualquer tipo de organização ou hierarquia; antes, ao contrário, corresponde a uma “forma estrutural social claramente definida, com órgãos pessoais e um aparato de serviços e bens materiais que se adaptam à missão do portador do carisma” (Weber, 1999b: 330). Por conseqüência, o fundamento econômico do poder carismático também não se baseia na obtenção de bens de forma ordenada e

ordinária, como o faz os poderes tradicional e burocrático. Sendo a missão do poder carismático

de natureza pacífica, recebe os recursos econômicos necessários de patrocinadores individuais ou na forma de doações honoríficas, contribuições e outras prestações voluntárias por parte daqueles aos quais se dirige, ou então – como no caso dos heróis de guerra carismáticos – constitui o espólio, ao mesmo tempo, uma das finalidades e a base material da missão. (Weber, 1999b: 325)

O carisma, assim, “apesar de viver dentro deste mundo, não vive dele” (Weber, 1999b: 325). Nem a manutenção econômica dos discípulos, seguidores, – que corresponde a outro aspecto *ordenado e econômico* da dominação carismática – se dá racionalmente através de remunerações regulamentadas e contratuais (como salários, por exemplo). A concessão de bens, honrarias e demais meios de sustento aos seguidores é realizada segundo a avaliação e a justiça do líder carismático, normalmente concedendo parte do que lhe foi destinado por doações ou saque, etc., conforme o caso. Além disso, a participação na *estima* e na *honra* – sejam políticas ou religiosas – prestadas ao líder é outro aspecto fundamental da dominação do tipo carismática.

No mundo moderno, o plebiscito, a aclamação, a demagogia, são manifestações por excelência da dominação “carismática”. Elas circunscrevem, de fato, um campo perigoso uma vez que inserem fortes elementos emocionais na política sobre os quais nem mesmo a argumentação mais sólida e racional pode modificar. A “massa”, que “só pensa até depois de amanhã”, “está sempre exposta à influência do momento meramente emocional e irracional” (Weber, 1993: 128). Uma decisão “responsável” e uma “política democrática bem-sucedida” encontrarão tanto mais respaldo “1. quanto menor for o número de participantes

na decisão; 2. quanto mais claras forem as responsabilidades atribuídas a cada um deles e a seus liderados” (Weber, 1993: 128-9). O associativismo não representaria a forma ideal de organização partidária, uma vez que “seus homens de confiança política” devem ser “dirigentes, isto é [...], ter poderes ilimitados para assuntos importantes” (Weber, 1993: 77). Evidentemente que, em situações normais, partido algum pode prescindir de consultar e informar adequadamente seu público das decisões tomadas.

Sobre o mesmo fundamento repousa a necessidade política da estrutura partidária baseada em grupos de interesse político firmemente organizados. Por outro lado, a massa desorganizada, a democracia das ruas, é completamente irracional do ponto de vista político. Ela é mais poderosa em países que tenham parlamentos sem poder ou desacreditados politicamente [...]. (Weber, 1993: 129)

Nas democracias de massa, o *contrapeso*, por assim dizer, da dominação exclusivamente carismática são justamente os fortes vínculos *terrenos* aos quais as lideranças políticas estão apoiadas. Trata-se aqui de toda a *estrutura partidária* que lhe dá sustentação e do papel desempenhado pelo *parlamento* na seleção dessas lideranças. Se o poder supremo repousa nas mãos de um grande líder escolhido pelas massas, o que representaria exatamente o parlamento em uma democracia plebiscitária?

De fato, a escolha parlamentar se opõe à “cesarista”. Obviamente “os princípios plebiscitários enfraquecem a influência pessoal dos dirigentes partidários e a responsabilidade dos funcionários” (Weber, 1993: 123). Isso, no entanto, ainda segundo Weber, não diminui a importância dos parlamentos visto que eles têm uma função singular onde o plebiscito não tem eficácia: “fazer chegar a bom termo todas as leis que dependam de acordos em torno de interesses

conflitantes” (Weber, 1993: 123). Também o plebiscito não corresponde à forma mais adequada de escolher ou destituir funcionários de carreira.

De uma forma geral, os parlamentos garantem, em uma democracia plebiscitária: “1. a continuidade e 2. o controle sobre seu poder; 3. a prevenção das garantias legais burguesas; 4. uma forma ordenada de comportamento político dos pleiteantes à confiança das massas dentro dos trabalhos parlamentares e 5. uma forma pacífica de deposição de um ditador cesarista, quando ele tiver perdido a confiança das massas” (Weber, 1993: 119). Além disso, garantem também o controle do funcionalismo, as informações sobre a administração pública, as decisões sobre a dotação orçamentária e funciona como agente de condução dos acordos partidários (Weber, 1993: 125). No entanto, uma das atribuições políticas mais importantes dos parlamentos, para Weber, é o seu papel para o “recrutamento e aperfeiçoamento de líderes de massa, transformando-os em dirigentes do Estado” (Weber, 1993: 128).

A organização firme dos partidos e, sobretudo a obrigação do dirigente de massas de se formar através da participação rigidamente regulamentada dos trabalhos dos comitês do parlamento e neles ter um bom desempenho, de fato, oferece uma garantia forte de que as pessoas cesaristas de confiança das massas se adaptem às formas legais estabelecidas da vida do Estado e que eles não sejam escolhidos de forma meramente emocional [...]. (Weber, 1993: 128)

Na medida em que o partido tende a uma organização de massas, e que começam, pois, a existir interesses diretos sobre as oportunidades e o seu orçamento, tanto maior a probabilidade de sua gestão se deslocar para as mãos de “especialistas”, por se encontrarem nas mãos destes as relações sistemáticas com todos as categorias de membros de um partido (homens de confiança,

agitadores, inspetores) bem como todas as documentações necessárias à sua direção. Assim, em regra, o carisma é paulatinamente sufocado pela organização do partido, porque “a continuidade do funcionamento dirigido por especialistas permanece taticamente superior, a longo prazo, à veneração emocional de um herói” (Weber, 1999b: 341). O carisma, pois, somente em condições extraordinárias pode triunfar sobre a organização partidária.

Entretanto, mesmo com todo o aparato burocrático dos partidos, com o fato da democracia estar fortemente vinculada à demagogia em seu sentido pejorativo e mesmo ainda com o caráter cesarista dos líderes, nada disso impede que em um sistema concorrencial exerçam o poder os “homens de confiança das massas quando eles têm talento dirigente” (Weber, 1993: 128). E o Parlamento, para Weber – diferentemente daquele marcado pela *herança de Bismarck* – deve ser considerado como o *locus* da atividade política por excelência para atrair ao seu âmbito as lideranças dispersas na sociedade. Afinal – e essa idéia é fundamental para Weber – é necessário considerar que toda luta parlamentar não é “somente uma luta por questões objetivas, mas, igualmente, é uma luta pelo poder pessoal” (Weber, 1993: 61).

Então, serão as pessoas com um grande instinto político de poder e com as mais fortes qualidades políticas dirigentes que entrarão nessa luta, e que, portanto, terão as chances de alcançar os postos máximos. [...] Assim existe, e somente assim, o estímulo a que os temperamentos e talentos políticos se submetam à escolha dessa guerra de concorrência. (Weber, 1993: 61)

SEÇÃO IV

A contextualização histórica como recurso interpretativo

A “reconstrução conceitual” de alguns importantes aspectos das obras de Weber e Gramsci no que diz respeito à questão da liderança política em sistemas democráticos modernos exigiu um esforço para apresentar sucintamente o cenário onde se inseriram aqueles autores. Como o contexto histórico de alguma forma sempre *influencia*, direta ou indiretamente, os atores sociais (neste caso, os *autores* em questão), essa estratégia visou reconstituí-lo em seus aspectos principais. A contextualização histórica, assim, não se mostrou apenas subsidiária neste estudo, mas se revelou como uma necessidade de análise. Na perspectiva aqui adotada, *contextualizar* não significa apontar os fatos mais importantes da época mas implica o resgate do *conteúdo* e do *sentido* dos conceitos e das posições teóricas dos autores analisados, o que nem sempre aparece explícito em suas obras.

O final do século XIX e início do XX foi uma época de intensas transformações que trouxeram à cena (especialmente à cena política) vários elementos cuja importância foi percebida por nossos autores. Trata-se de um período de expansão da Revolução Industrial inglesa aos países europeus continentais cujas conseqüências se fizeram sentir na reação dos elementos

sociais *conservadores* em relação aos *modernos* – conflito que dinamizou a vida política e econômica de cada Estado-nação. A *modernização*, no que diz respeito ao que convencionalmente se denomina de aspecto estrutural, ou *econômico*, de uma sociedade, significou, segundo Polanyi, a adequação das sociedades ao princípio do mercado auto-regulável. Assim, tanto as críticas de Weber à “aristocracia acadêmica” alemã – que recusava o modelo burguês de Universidade – quanto os protestos dos trabalhadores italianos da FIAT à implementação do modelo fordista de trabalho, podem representar bem aspectos bastante distintos do que seria exatamente esse conflito gerado pela modernização da Europa continental. Nesses termos, o conflito imanente aos processos de revolução passiva não é exclusivamente *classista*, mas *social* em sentido amplo, de forma que as críticas à industrialização não apontariam apenas os interesses das classes fundiárias aristocráticas, por exemplo, mas representaram a não aceitação de uma série de conseqüências geradas pelo modelo do livre mercado.

A Alemanha e a Itália, nesse contexto, foram alguns dos últimos grandes Estados europeus a processar suas unificações e a iniciar o desenvolvimento de suas instituições *modernas*, tanto no que diz respeito à política quanto à economia (entre outras esferas da vida social, obviamente). Ao que tudo parece indicar, nos casos desses dois países, a solução da questão agrária foi um fator fundamental nessa transição, impondo, de certo modo, a solução do impasse. Os traços feudais e agrários da Alemanha foram uma marca incontestável de sua unificação nacional, apontado por todos os autores que trataram da questão, inclusive Weber; na Itália, sua transição para o moderno se deu

através de uma coalizão entre os setores agrários do Sul e os industriais do Norte, conforme apontou Antonio Gramsci.

O processo de unificação nacional representou um importante ponto de reflexão para o pensamento de Antonio Gramsci, uma vez que amalgamou o tardio desenvolvimento econômico do país às desigualdades entre as regiões da Itália, sobretudo o Norte e o Sul, configurando o que Gramsci denominou de *questão meridional*. Conciliando os aspectos *feudais e agrários* do Sul aos *modernos e industriais* do Norte, o *Risorgimento* representou um clássico processo de *revolução passiva* que excluiu da participação no poder as classes populares. A configuração econômica e cultural da região Sul proporcionou um peculiar processo de dominação em que as ideologias tiveram um peso fundamental, contendo o desenvolvimento das estruturas.

Utilizando o conceito de *revolução passiva*, que privilegia o reconhecimento daquelas características, Gramsci explicitou o papel que os intelectuais tradicionais desempenharam no desenvolvimento de tal processo forjando a hegemonia das classes dominantes. Reconhecendo a atuação dos setores agrários em outras revoluções – como na russa, na francesa e na húngara (Gramsci, 1987: 81) –, antes mesmo de ser preso pelo fascismo, Gramsci apontou para a importância que a solução da *questão meridional* impunha para a realização da revolução socialista na Itália. Apesar desse fato tê-lo levado à perspectiva de que o capitalismo italiano poderia ser substituído “a um só golpe por um proletariado forte e influente”, foi nesse período que ele assimilou pontos importantes do leninismo que fizeram-no reconhecer, posteriormente, a

importância da conquista do Estado para o processo de transição e da construção do PCI, que deveria ser capaz de dirigir um bloco histórico composto pelo proletariado do Norte e o campesinato do Sul.

Estariam expostos, assim, alguns dos principais temas e problemáticas que Gramsci desenvolveria mais tarde nos *Cadernos do Cárcere*. Embora realize essa segunda fase de seu pensamento sobre condições absolutamente adversas, o distanciamento da militância política cotidiana imprimirá à sua reflexão um maior aprofundamento, embora expressa ainda de forma fragmentária. Tendo em vista não mais a Itália do *Risorgimento*, mas a contemporânea sua, ele percebe no fascismo uma nova *revolução passiva* que busca, autoritariamente, uma *modernização conservadora* do cenário italiano. A configuração desse *moderno* repercutirá, então, nos vários âmbitos de sua reflexão, especificamente no político, que constitui o foco deste trabalho.

É sobretudo o contexto histórico que definirá o avanço do pensamento gramsciano em relação aos clássicos. O *sufrágio universal*, a *democracia representativa*, o surgimento de *partidos operários* e *sindicatos* de massa inauguram um novo campo para a luta política. O Estado, diferentemente daquele abordado pelas teorias clássicas, não atua na *modernidade* através de seu aspecto coercitivo e repressivo, mas *de modo ampliado*. No Estado moderno, o elemento *força* não mais corresponde necessariamente ao *militarismo*, mas assumiu um caráter de *policiamento*, investigativo e preventivo. O *consenso*, outrora desenvolvido pelos “aparelhos ideológicos de Estado”, representado

principalmente pela Igreja, passa para os “aparelhos privados de hegemonia”, jornais, associações, escolas, revistas, partidos políticos, etc.

Os elementos que se expandem e configuram o *mundo moderno* são o *parlamentarismo*, o regime associativo *sindical e partidário*, a formação de vastas burocracias *estatais e privadas* (político-privadas, partidárias e sindicais) (Gramsci, 2000, V3: 78). O *americanismo* representa, no pensamento gramsciano, a tendência do desenvolvimento histórico do *Ocidente*, um modelo que se universaliza e será adaptado a cada realidade nacional, configurando novos ciclos de revoluções passivas, inclusive na Itália. As superestruturas (o “conservantismo europeu”), nesse caso, assumem um papel fundamental na *conservação da antiga ordem*, resistindo à uma mudança completa.

Torna-se evidente o aumento da complexidade na luta política e o partido, para Gramsci, deve adequar sua estratégia a esse novo contexto. Gramsci enfatiza o fato de que a revolução armada fora possível em situações em que não havia essa nova configuração da sociedade civil, bastando, pois, a dominação armada, o assalto ao poder, como o caso das Revoluções Francesa e Russa. Na modernidade, a dominação política ampliou-se para o campo ideológico, determinando que a disputa política considere como um de seus núcleos a *hegemonia*, ou o *consenso ativo dos governados*. Gramsci retoma, assim, o tema da *cultura e dos intelectuais* – uma de suas antigas preocupações. *Revolução passiva, guerra de posições e hegemonia* dão o sentido dessa nova *estratégia partidária*. O conceito de centralismo democrático ou orgânico ajusta de maneira adequada todos esses elementos.

O centralismo orgânico – modo de organização adequado a um partido verdadeiramente revolucionário e democrático – possui dois aspectos importantes para a organização: por um lado esse centralismo “leva em conta o movimento”, por outro ele apresenta também um aspecto de “relativamente estável e permanente ou que, pelo menos, move-se numa direção fácil de prever” (Gramsci, 2000, V3: 91). Se do ponto de vista dinâmico, o centralismo orgânico expressa o movimento histórico real e as correlações de forças políticas, no que diz respeito ao seu aspecto estável, ele propicia a ação política organizada, possibilitando e assegurando a hegemonia de grupos sociais. É importante registrar a importância atribuída por Gramsci à *ação política organizada*, à *guerra de posições* e à questão da *burocracia* no contexto político moderno, temas que serão abordados novamente por este trabalho mais adiante.

As situações de crise no contexto moderno trazem também características singulares, que *tendencialmente* se afastam da exclusiva ação militar e se aproximam de acordos e concessões nos quadros parlamentares e burocráticos. Quando a situação torna-se catastrófica, a solução é confiada a alguma grande personalidade que buscará reorganizar o bloco dominante. Para tornar-se líder é necessário reunir uma série de características às quais os setores divergentes no interior do bloco dominante possam reconhecer nele a solução para o impasse – daí a necessidade da personalidade possuir algumas características *carismáticas*.

Mas também devido a esse caráter conciliatório de interesses distintos no interior do bloco dominante, os *cesarismos modernos* se identificam

precisamente com processos de revolução passiva. Essas soluções não correspondem, pois, a soluções estáveis, uma vez que não oferecem soluções amplas e orgânicas para o conjunto da sociedade. Como contraponto a soluções cesaristas, Gramsci adverte não ser necessária apenas a conquista da *dominação* (sociedade política), mas da *direção* sobre toda a sociedade (civil). Daí, pois, que o proletariado deve conquistar a hegemonia antes mesmo de assumir o poder de Estado para que a mudança seja mais estável. Dessa forma, para o acesso ao poder, faz sentido em sociedades de formação “Oriental” – ou que ainda não se “ocidentalizaram” – uma estratégia correspondente à “guerra de movimento” que supõe um Estado coercitivo. No entanto, em sociedades ocidentais, “as batalhas devem ser travadas inicialmente no âmbito da sociedade civil, visando à conquista de posições e de espaços [...], da direção político-ideológica e do consenso dos setores majoritários da população” (Coutinho, 1981: 103-104).

Resumindo um aspecto importante e particularmente denso do pensamento gramsciano, podemos observar duas formas de articulação entre estrutura e supra-estrutura, como propõe Werneck Vianna. Primeiramente, ao analisar o *Risorgimento*, Gramsci destaca o aspecto supra-estrutural (os intelectuais tradicionais meridionais) que impede, ou pelo menos dificulta, que os sujeitos sociais (as camadas camponesas meridionais) “se invistam de uma identidade organicamente articulada à sua posição social” – é como se a política tivesse o poder de libertar ou aprisionar as “forças produtivas, e não o inverso”, segundo a concepção clássica (Vianna, 1997: 53).

Uma segunda forma de articulação entre estrutura e supra-estrutura seria estritamente *moderna*, fruto do desenvolvimento maduro do capitalismo; nessa articulação “as supra estruturas seriam tecidas – como no fordismo, como deveria ser na experiência do socialismo russo – pelos próprios portadores das forças produtivas” (Vianna, 1997: 52) que, ao escalar a dimensão supra-estrutural, criam “um movimento teórico-prático em favor da internalização de uma nova ‘vida estatal’, cujo avanço se faz registrar em cada ato ou fato que derroque o Estado concretamente existente” (Vianna, 1997: 56). Daí a importância dos intelectuais orgânicos para a classe proletária, já apontada por Gramsci desde “*Alguns temas da questão meridional*” e aprofundada nos *Cadernos do Cárcere*.

Apesar de serem ambas *revoluções passivas*, o *Risorgimento* e o *americanismo* não possuem os mesmos fundamentos. Enquanto o *Risorgimento* fora descrito por Gramsci “como uma operação desencadeada fundamentalmente no plano da supra-estrutura”, no *americanismo* a “revolução passiva passa a ser indicada por um movimento originado imediatamente em torno da estrutura”, trazendo à tona “a classe operária do industrialismo e da racionalização Ford-Taylor – que estaria a criar, a partir de baixo, uma nova ‘vida estatal’ em contexto de guerra de posição” (Vianna, 1997: 69). Serão, então, o *americanismo*, o *fascismo*, a *mudança molecular*, a *revolução passiva* que darão o tom da obra gramsciana do cárcere.

Vejamos agora o sentido da contextualização história para a análise da obra de Weber.

O contexto intelectual que compreende o “período de formação do pensamento de Max Weber”, segundo Cohn (1979: 09), foi marcado pela preocupação não só com a *inteligibilidade* do processo histórico e, pois com o *historicismo alemão*, mas também com sua *natureza*, com o problema de uma “nação retardatária, às voltas com dificuldades para a construção da sua própria história”.

Em nenhum lugar da Europa do século XIX a História, como decurso real e como objeto do conhecimento, foi tão levada a sério como na Alemanha (ou naqueles Estado que, após 1870, iriam constituir a nação unificada sob a égide da Prússia). (Cohn, 1979: 09)

É importante ressaltar o papel desempenhado pela Prússia no processo de unificação, uma vez que, como afirma Lukács, essa unificação representou a “prussianização” da Alemanha. Um dos maiores impasses era que a unificação e o ingresso na modernidade se deu não por força da burguesia, mas da aristocracia agrária *Junker*, que constituiu a base de apoio de Bismarck. O *pacto de poder autoritário* estabelecido entre *industriais* e *agrários*, excluindo as massas do processo político, materializou-se na burocracia estatal, de longa data já bastante desenvolvida na Prússia.

Weber observou muito bem que a dinâmica moderna do país se fundamentava na burocracia, em funcionários *administrativos*, e não em *políticos* como deveria ocorrer, segundo ele, na política parlamentar. A “rotinização” da esfera política, transformando as “decisões políticas em decisões de rotina administrativa, pela dominação do funcionalismo burocrático”, “era especificamente estranha às demandas mais básicas para a ação política” (Giddens, 50-51). Mas a sociedade industrial impunha que as grandes demandas

só poderiam ser supridas com a previsão, o cálculo, a racionalização e, na prática, com a burocratização de todas as esferas sociais, da *economia à política*.

No entanto, embora a burocratização dos partidos fosse uma condição necessária para a ascensão na carreira política, Weber observou que também as qualidades carismáticas eram imprescindíveis para o posto de líder, e seus estudos sobre religião forneceram um importante subsídio para a análise moderna. Sendo um elemento revolucionário, o carisma representou a possibilidade, no pensamento político de Weber, de superar o problema da burocratização do Parlamento alemão, reconhecendo que o “elemento carismático” “adquiria uma significação vital na ordem democrática moderna” (Giddens, 1998: 51) tornando-a *plebiscitária* – que dependeria, na Alemanha até o primeiro pós-guerra, da expansão da liberdade partidária e do sufrágio universal.

Burocratização e carisma aparecem em Weber como profundos dilemas da política moderna – mas é importante registrar que seu foco é essa Alemanha moderna do primeiro pós-guerra. Também é necessário acrescentar que sua formação se deu em um período de *declínio dos mandarins alemães* – para utilizarmos mais uma vez da tese de Fritz Ringer. Ou seja, apesar do tom *pessimista heróico*, “do homem que encara os fatos”, Weber também se caracterizava por “não tolerar a ilusão obscurantista de que se poderia fugir totalmente da modernidade” (Ringer, 2000: 154-5). De forma geral, os mandarins alemães procuraram “controlar sua reação emocional ao novo ambiente, [...] manter um ideal heróico de clareza racional perante a tragédia. Preferiram a análise à hipocrisia e ao desespero destrutivo: tornaram-se científicos” (Ringer,

2000: 159). A moderna sociologia alemã não pode ser entendida separada do *modernismo mandarim*.

[A sociologia alemã] refletiu a atitude tipicamente pessimista dos mandarins diante das condições sociais modernas. Lidou com os efeitos destrutivos do capitalismo sobre as formas pré-capitalistas de organização social. Registrou os resultados desagradáveis desse processo na vida política e cultural e levantou algumas questões inquietantes sobre as relações entre os homens na sociedade moderna. (Ringer, 2000: 159)

Sobre tais questões, a proeminência da análise de Weber recai sobre o fenômeno da *racionalização*, cujo “produto imprescindível e inevitável” é a “burocracia moderna”; a ênfase, assim, “desloca-se *da racionalização para a burocracia* – mas a primeira continua a ser a base e o ‘fio condutor’ da história” (Nogueira, 1977: 142). O ponto mais discutível da argumentação de Weber, devidamente apontado por Marco Aurélio Nogueira, é sua generalização das características do processo de burocratização que, a partir da experiência alemã, o autor transforma em um paradigma para a história universal.

Como as condições para o florescimento e o desenvolvimento do parlamentarismo e de um regime democrático [...] inexistiam na Alemanha, Weber passou a ver a burocratização como inevitável, não só em seu país, como também no conjunto do mundo capitalista e, mais ainda, no futuro da humanidade. Esta *generalização da experiência alemã* é um dos principais elementos sobre os quais repousa sua incapacidade de compreender corretamente o significado da burocracia. (Nogueira, 1977: 147-8)

“Uma crítica satisfatória da sociologia política de Weber”, como afirma Giddens (1998:67), precisa “examinar em detalhe, como questões relacionadas, a dependência dessas idéias em relação a um contexto histórico específico e a fragilidade lógica de suas formulações teóricas” (Giddens, 1998: 67). Uma dimensão-chave para a abordagem dos escritos políticos e sociológicos de Weber

é sua apreciação “do significado do poder político, particularmente como foi exercido por Bismarck na promoção bem-sucedida da consolidação interna e do desenvolvimento econômico da Alemanha (e, mais especificamente, seu uso da burocracia para conseguí-lo)” (Giddens, 1998: 80). Entre reduzir a obra de Weber a “pouco mais que expressões ideológicas de seus interesses políticos” ou defender “a visão de que suas contribuições acadêmicas para a ciência social devem ser isoladas de seus vínculos políticos”, é, pois, preferível uma postura que admita que “o seu trabalho expressa um contexto social e político particular no qual viveu, mas também incorpora concepções que são capazes de aplicação generalizada” (Giddens, 1998: 68).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Naquele referido processo de adequação das instituições sociais ao mercado auto-regulável, surgiram inúmeras críticas às novas condições e às conseqüências trazidas pela instauração da modernidade burguesa. Na interface entre academia e política, a “teoria das elites” forneceu importantes subsídios que abalavam as estruturas da teoria democrática, representando, assim, uma forte “reação” aos elementos modernos da vida política – sobretudo ao *sufrágio universal* e à *igualdade genérica dos homens* – e postulando o princípio de que é apenas uma minoria que controla, efetivamente, o poder político.

O termo “teoria das elites” – adverte Grynszpan – tende a operar uma certa simplificação do tema no que diz respeito aos autores atribuídos a essa corrente. Essa simplificação, segundo ele, *naturaliza* os vários estudos orientados segundo várias perspectivas e os coloca sob uma mesma (pretensa) orientação teórica, cujo exemplo maior em seu estudo é o caso de Gaetano Mosca e de Vilfredo Pareto, essencialmente diferentes mas, ainda assim, considerados os “pais” da teoria das elites. Na conclusão de seu trabalho, Grynszpan aponta para o fato de que tratar da “teoria das elites” sem se reportar às diferenças entre seus formuladores ajuda a naturalizar essa visão estreita do fenômeno. Ainda que atento a essas observações, o presente trabalho não pôde deter-se em minúcias,

e dedicou-se somente a alguns aspectos gerais desse tema, tentando estabelecer algumas características centrais da teoria das elites a fim de apresentar uma parte do debate teórico e político mais nítido do período de formação dos autores aqui estudados.

As reflexões de Weber e Gramsci, contudo, representam um momento teórico do processo de reorganização da sociedade capitalista em direção ao Estado social, correspondendo a um contexto posterior ao do mercado auto-regulável típico, sugerido pela “grande transformação” de Polanyi. Escrevem sob o impacto inicial da emergência de uma situação em que o mercado já não pode mais se sustentar em termos auto-reguláveis e começa a sentir os efeitos disso. A “democracia plebiscitária” de Weber anuncia a morte dos “homens de pro” e a irrupção das massas na política, do mesmo modo que Gramsci encontrará no “Estado ampliado” um consistente ponto de partida para estudar a nova sociedade capitalista que então se constituía. Dialogarão com a teoria das elites a partir também destes elementos.

As conseqüências do debate travado por Weber e Gramsci com as teses elitistas não puderam ser esgotadas neste estudo. Pretendemos somente apontar alguns elementos que parecem comuns – essencialmente o fato de que o empreendimento político possui, de fato, um núcleo representado por uma minoria, seja uma “aristocracia do espírito” (Gramsci) ou os “políticos profissionais” (Weber). Há, no entanto, nítidas diferenças entre as concepções gramsciana e weberiana desse *líder* ou *núcleo dirigente*, apesar da constatação de ambos da existência dessa minoria. Enquanto sua função, para Gramsci, é fazer diminuir

progressivamente a distância entre governantes e governados, Weber – que certamente consideraria essa uma atitude política vã em razão de que não há, para ele, como superar essa eterna luta que é a política – atribui ao líder a difícil missão de ter *senso de proporção* e responsabilidade sobre as decisões que lhe cabe fazer.

Ambos admitem uma função de direção à elite dominante. Gramsci, porém, prioriza um sentido dialético e orgânico na relação entre dominantes e dominados. Weber, recusando isso que imaginaria ser um certo romantismo, atribui importância à ação própria do líder, de forma que as eleições não passariam, grosso modo, de um processo de aclamação ou referendo que apenas legitimaria aquele que *deve tomar as decisões políticas*.

Pode-se afirmar, de uma forma geral, que “cesarismo” corresponde a uma situação em que a ordem estabelecida está ameaçada por forças políticas antagônicas e pressupõe a emergência de um líder que representa, para os dominados, a solução desse impasse. Esse reconhecimento é acompanhado de uma centralização de poderes que, nas situações clássicas de cesarismo, significava militarismo.

Weber postula que a dominação cesarista é de tipo carismática, uma vez que a legitimidade do poder repousa na submissão dos dominados aos desígnios do líder, que são portadores dos dons necessários à solução desses momentos de crise. Gramsci admite algumas variações para o fenômeno cesarista que, segundo seu significado histórico, pode variar entre progressivo ou regressivo acompanhado por um caráter qualitativo e/ou quantitativo. Utilizando dois casos

extremos, Gramsci exemplifica através de Napoleão I e Napoleão III – sendo aquele um cesarismo progressivo de caráter qualitativo e este um regressivo de caráter quantitativo. São casos clássicos aos quais poderíamos acrescentar César e Mussolini.

No entanto, o Estado moderno traz à cena da história outras formas de dominação que guardam semelhanças com tais soluções cesaristas. Para Gramsci, no terreno do sistema parlamentar, essa questão orbita em torno do conceito de hegemonia, ou seja, do consenso permanentemente organizado na sociedade, caracterizado pelo equilíbrio variado entre força e consenso. Os postos de direção política – dos partidos, passando pelas livres associações até cargos no Estado – “devem ser considerados organismos de polícia política, de caráter investigativo e preventivo” (Gramsci, 2000, V3: 78). Tais postos, portanto, ao representarem as trincheiras da luta parlamentar moderna, imprimem importância aos cargos burocráticos de maneira que a formação e a atuação dos funcionários especializados tornam essa questão semelhante à dos intelectuais, que têm por função específica a organização e a direção dos movimentos políticos.

As soluções cesaristas, nesse contexto, representam as “grandes coalizões de caráter econômico-sindical e político-partidário” (Gramsci, 2000, V3: 77) entre duas forças que, se levassem a luta às últimas conseqüências, acabariam por chegar à destruição recíproca. A conclusão de Gramsci é que, sendo a coalizão o significado mais comum do cesarismo no mundo moderno, tal solução representará, em geral, um cesarismo regressivo e quantitativo. Sua principal característica será a centralização de poderes em uma personalidade –

em geral, mas não necessariamente – com dons carismáticos com o compromisso de reorganizar, restaurar ou fortalecer as forças que, por questões de crise na direção, se desarticularam.

Nas democracias modernas, Weber reconhece o plebiscito como o meio mais eficaz de escolha e reconhecimento do líder máximo de uma nação. Como forma de legitimação, a escolha plebiscitária é semelhante à aclamação cesarista, em que as massas depositam sua fé na aquele que consideram mais capaz, que exige delas adesão em virtude da finalidade pela qual foram escolhidos. Da premissa segundo a qual a essência da política é a luta (e não só por questões objetivas mas também por poder pessoal), Weber conclui que o melhor meio de se formarem políticos hábeis é colocando-os frente a uma concorrência entre si. Nesse sentido, o Parlamento representaria, entre outras coisas, uma instância para qualificar as lideranças que verdadeiramente tivessem temperamentos e talentos políticos.

Percebe-se, assim, o significado diverso a que chegam Weber e Gramsci no que diz respeito ao lugar do carisma nas democracias modernas. Gramsci adverte que uma ação política que tenha por fundamento o carisma só faz sentido em situações que requerem soluções imediatas e demandem uma solução confiada a uma grande personalidade; portanto, uma ação política como essa só poderá ser defensiva e restauradora. Weber, por sua vez, partindo do reconhecimento de que a “dominação carismática genuína desconhece disposições jurídicas, regulamentos abstratos e jurisdição ‘formal’”, conclui que ela “comporta-se de maneira revolucionária, invertendo todos os valores e rompendo

com todas as normas tradicionais ou racionais” (Weber, 1999b: 327). Sendo assim, a escolha plebiscitária é uma forma de eleição – ou, como vimos, de aclamação – que abre grandes perspectivas à esfera política, na medida em que não se limite pura e simplesmente ao jogo burocrático e parlamentar e na medida em que seu fundamento seja efetivamente carismático.

A burocracia, a industrialização, o desencantamento do mundo, a racionalização, são para Weber as marcas do nosso tempo. São também, mais ainda, as marcas de “um futuro previsível”. Segundo ele, a burocratização é um processo inexorável e “nos locais onde o funcionário instruído moderno se instala, seu poder torna-se realmente indestrutível” (Weber, 1993: 53). A crítica de Weber acerca desse processo dirige-se, sobretudo, à situação do Parlamento alemão demasiadamente burocratizado. É importante lembrar que as ações políticas de um grande estadista não devem se limitar a decisões burocráticas; a política é o domínio da vontade e não pode ser decidida em círculos burocráticos. Daí a concepção weberiana de que o carisma e a eleição do tipo plebiscitária representam, no fundo, a essência da política.

Gramsci, no entanto, observa o mesmo fenômeno de outra perspectiva e enfatizando outros aspectos. Segundo ele, uma conceituação que se ajuste mais adequadamente à realidade não pode ter por pressuposto a formalidade da concepção burocrática. Gramsci, dessa forma, lança mão dos conceitos de centralismo *orgânico* e centralismo *burocrático*. Este último representa precisamente a análise formal e estática de uma realidade que possui muitas outras características mais fundamentais – trata-se pois de uma concepção que

mais esconde que revela aspectos que são importantes mesmo em uma análise institucional. Já o centralismo orgânico apreende o movimento e a configuração específica da realidade, dando conta das correlações de forças políticas. Além disso, apresenta um aspecto “relativamente estável e permanente ou que, pelo menos, move-se numa direção fácil de prever” (Gramsci, 2000, V3: 91). A burocracia e a hierarquia, pois, quando observadas por seus aspectos orgânicos, propiciam uma ação política organizada, refletida, coerente – ao contrário daquela ação imediata do tipo carismática e cesarista.

Chegamos, assim, mais uma vez, a concepções distintas entre Weber e Gramsci. Weber afirma que, do ponto de vista político e histórico (pelo menos na Alemanha), a burocracia estava se tornando a estrutura e, portanto, o fundamento da disputa. Isso significa, em outras palavras, que uma prática política pautada pela racionalidade burocrática preocupa-se substancialmente com as estratégias de campanha – ou seja, “angariar votos para seus candidatos em eleições ou em colégios eleitorais” (Weber, 1993: 44) – e com o controle de cargos na máquina estatal. Além do mais, a “estrutura burocrática bem como a patriarcal são formações entre cujas qualidades mais importantes figura a continuidade”; a burocracia não privilegia, assim, a transformação, a liberdade da ação – ao contrário das qualidades que Weber atribui à esfera política. Gramsci, por sua vez, observando a burocracia da perspectiva que denominou de “centralismo orgânico”, considera-a um terreno propício à organização contínua do movimento real, “um modo de equilibrar os impulsos a partir de baixo com o comando pelo alto, uma contínua inserção dos elementos que brotam do mais fundo da massa na sólida

moldura do aparelho de direção, que assegura a continuidade e a acumulação regular das experiências” (Gramsci, 2000, V3: 91).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bobbio, Norberto. **Ensaio Sobre Gramsci: e o conceito de sociedade civil**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **Liberalismo e Democracia**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. SP: Brasiliense, 2000a.

_____. **O Futuro da Democracia**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. SP: Paz e Terra, 2000b.

_____. **Qual Socialismo?: um debate sobre uma alternativa**. Tradução de Iza de Salles Freaza. RJ: Paz e Terra, 1983.

BUCI-GLUCKSMANN, Christine. “*Sobre os problemas políticos da transição: classe operária e revolução passiva*”. In: FERRI, Franco (org). **Política e História em Gramsci**. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COHN, Gabriel. **Crítica e Resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

_____. “Prefácio”. In: WEBER, Max. **Parlamento e Governo na Alemanha Reordenada: crítica política do funcionalismo e da natureza dos partidos**. Tradução de Karin Bakke de Araújo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. Porto Alegre: L & PM, 1981.

FELICE, Franco de. “*Revolução passiva, fascismo, americanismo em Gramsci*”. In: FERRI, Franco (org). **Política e História em Gramsci**. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FELICE, Franco de & PARLATO, Valentino. “*Introdução*”. In: GRAMSCI, Antonio. **A Questão Meridional**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIANOTTI, José Arthur. “*Politicagem escrachada*”, in: **Folha de São Paulo**, caderno *Mais!*, de 26 de junho de 2005.

GIDDENS, Antony. **Sociologia, Política e Teoria Social**: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo. Tradução de Cibele Saliba Rizek. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 2. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Volume 3. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **A Questão Meridional**. Seleção e Introdução Franco de Felice e Valentino Parlato. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRYNSZPAN, Mario. **Ciência, política e trajetórias sociais**: uma sociologia histórica das teorias das elites. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era do Capital**: 1848-1875. Tradução de Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **A Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. Tradução de Marcos Santarrita; revisão técnica de Maria Ceia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LUKÁCS, Georg. **El asalto a la razón**: la trayectoria del irracionalismo desde Shelling hasta Hitler. Traducido por Wenceslao Roces. Barcelona (España): Ediciones Grijalbo, 1976.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Tradução Maria Júlia Goldwasser, segunda edição. SP: Martins Fontes, 1996.

MARTINS, Carlos Estevan (org). "Do príncipe ao principado por via dos princípios", in: **Estado e Capitalismo no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1977.

MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. SP: Editora Moraes, 1987.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Tradução de Arthur Chaudon. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1982. (Coleção Pensamento Político)

MOSCA, Gaetano. "*A Classe Dirigente*". In: SOUZA, Amaury de (org.). **Sociologia Política**. Tradução de Alice Rangel. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores, 1966.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. "*Max Weber: a burocracia e as armadilhas da razão*". In: Revista **Temas de Ciências Humanas**, volume 1. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.

PARETO, Vilfredo. *“As elites e o uso da força na sociedade”*. In: SOUZA, Amaury de (org.). **Sociologia Política**. Tradução de Alice Rangel. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores, 1966.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**: as origens de nossa época. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RÊGO, Walquíria G. Domingues Leão. **Em Busca do Socialismo Democrático: o liberal socialismo italiano: o debate dos anos 20 e 30**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

RÊGO, Walquíria G. Domingues Leão. *“Questões sobre a noção de via prussiana”*, in: ANTUNES, Ricardo e RÊGO, Walquíria D. L. (orgs). **Lukács: um Galileu no século XX**. São Paulo: Boitempo, 1996.

RINGER, Fritz K. **O Declínio dos Mandarins Alemães**: a Comunidade Acadêmica Alemã, 1890-1933. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *“FHC apoiaria ‘golpe branco’”*. In: **Carta Capital**, Ano XI, número 34 de 22 de Junho de 2005.

VIANNA, Luiz Werneck. **A Revolução Passiva: iberismo e americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

WEBER, Max. *“Capitalismo e sociedade rural na Alemanha”*. in: WEBER, Max. **Ensaios de Sociologia**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1963.

_____ **Ciência e Política**: duas vocações. Tradução de Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. SP: Cultrix, 1999a.

_____ **Economia e Sociedade**. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; revisão técnica de Gabriel Cohn. Brasília, DF: Editora UnB, 1999b.

_____ *“O Estado nacional e a política econômica”*. In: COHN, Gabriel (org). **Weber**. Tradução de Amélia Cohn e Gabriel Cohn. São Paulo: Editora Ática, 2002. Coleção Grandes Cientistas Sociais, Volume 13.

_____ **Parlamento e Governo na Alemanha Reordenada**: crítica política do funcionalismo e da natureza dos partidos. Tradução de Karin Bakke de Araújo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.